



MUNICÍPIO DE ARGANIL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Acta n.º 02**

Sessão Ordinária  
da  
Assembleia Municipal  
realizada  
em

25 de Abril de 2017



Assembleia Municipal

## ACTA N.º2

-----Ao vigésimo quinto dia do mês de Abril do ano de dois mil e dezassete, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas dez horas a Assembleia Municipal de Arganil, sob a Presidência do Senhor Avelino de Jesus Silva Pedroso, Secretariado pelas Senhoras Deputadas Fernanda Maria Dias e Rita Gonçalves, na qualidade de 1ª e 2ª Secretárias, respectivamente. -----

-----Seguidamente a 1ª Secretária procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos: -----

### SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS:

-----Arménia Maria Morgado Coimbra, Fernanda Maria de Almeida Figueiredo Dias, Eugénio Tavares Fróis, Luís da Silva Moreira Gomes, António de Oliveira Simões, Cristina Maria de Almeida Jorge de Figueiredo, Luís Miguel das Neves Campos Almeida, António João Lopes, Fernando José Ribeiro Cavaleiro da Maia Vale, Carla Maria Travassos Rodrigues, Patrick António Wende Dias da Cunha, Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Rita Sofia Gaspar Marques, Rui Martins Portugal. -----

### SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS COM ASSENTO:

----- Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa, Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís Manuel Tavares de Moura, Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, António Manuel Antunes Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de Benfeita, Alfredo Oliveira Gonçalves Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia do Piódão, Ricardo Lopes Pacheco, Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Armando Nunes do Nascimento, Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Luís Fernando das Neves Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, Rui Miguel Santos Almeida Franco, Presidente da Junta de Freguesia de Sarzedo Fernando Ferreira Simões e Presidente da Junta de Freguesia de Secarias, Leonel da Conceição Costa. -----



Assembleia Municipal

----- Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves e os Senhores Vereadores Luís Paulo Costa, Paula Inês Moreira Dinis, Maria da Graça Lopes, António Sêco, Eduardo Miguel Ventura e João Pedro Pimentel. -----

----- A 2ª **Secretária** deu conhecimento das justificações das faltas dos Senhores Deputados Mário Pereira Gonçalves, António Gonçalves Cardoso, **Elisabete Simões Oliveira, Horácio Lisboa Afonso**, Paulo Jorge Marques, que se encontram anexas a esta Acta. -----

## PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1-Leitura do expediente. -----

----- Teve a palavra a **Senhora 2ª Secretária** para **fazer a leitura da** correspondência recebida. ----

### 2 – Discussão e Votação da Acta da Sessão nº1 realizada no dia 18 de Fevereiro de 2017. -----

---- Não havendo pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia Avelino Pedroso**, colocou a Acta à votação tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Piódão. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

### 3 – Assuntos de interesse para o Município. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Ricardo Pereira Alves**, que começou por cumprimentar todos os presente e de seguida proferiu “Pedi a palavra para abordar muito rapidamente um tema, uma vez que ele foi objecto de intervenções na Assembleia Municipal precisamente há um ano.



Assembleia Municipal

----- Foi uma queixa que apresentei à Entidade Reguladora da Comunicação contra o Jornal a Comarca de Arganil e que teve agora o seu desfecho com a decisão do Conselho Regulador de quatro de Abril de dois mil e dezassete, em que a ERC emite uma decisão favorável à queixa que apresentei enquanto presidente da Câmara Municipal.

----- Na sequência da queixa apresentada por mim próprio, na qualidade de representante da Câmara Municipal em Fevereiro de dois mil e dezasseis, com a junção de novos documentos ao processo em Maio de dois mil e dezasseis, à Entidade Reguladora da Comunicação contra a Comarca de Arganil, o Conselho Regulador daquela entidade que tomou a respectiva deliberação em quatro de Abril de dois mil e dezassete.

----- Em causa estavam duas notícias publicadas na Comarca de Arganil na sua edição de dezoito de Fevereiro de dois mil e dezasseis, uma sobre a visita do piloto finlandês Markku Allen à exposição *Arganil Capital do Rally* e outra sobre a Assembleia Municipal realizada em treze de Fevereiro, que segundo o Presidente da Câmara, eu próprio, os respectivos conteúdos se afastavam do rigor informativo a que os órgãos de comunicação social estão obrigados.

----- Sobre este ponto decidiu a ERC constatar a inobservância de rigor informativo em algumas partes das peças noticiosas e sensibilizar a Comarca de Arganil para a necessidade de fazer referência às fontes que estão na origem da informação publicada, quando outro procedimento não tenha sido com elas, acordado e de acautelar um registo estritamente informativo, não opinativo e não sensacionalista, dando assim razão a mim próprio.

----- Relativamente a todos os documentos apresentados, incluindo os aditados ao processo em Maio de dois mil e dezasseis, a ERC considera não ter havido falta de pluralismo político e de violação ao direito ao bom nome e à reputação, uma vez que o queixoso, Ricardo Pereira Alves exerceu o respectivo direito de resposta.

----- Sobre a queixa apresentada por a Comarca de Arganil contra Ricardo Pereira Alves, a ERC decidiu considerar improcedente a queixa do jornal quanto à violação da liberdade de imprensa, acrescentado que o título da capa da edição o jornal A Comarca de Arganil, que acusava Ricardo Pereira Alves, de querer silenciar aquele periódico, tem um cariz sensacionalista e alarmista.

----- Ora o tratamento sensacionalista visa criar sensações, emoções e produzir impressões nos telespectadores em relação aos acontecimentos noticiados, sendo suscetível de colocar em causa o rigor e isenção informativos.

----- Esta abordagem da informação contrasta e colide com os alicerces que sustentam o dever de informar, de forma objectiva, imparcial, clara e verdadeira.

----- No caso em apreço, a utilização de uma expressão que assevera uma tentativa de censura, face a um órgão de comunicação social, A Comarca de Arganil promove a construção de uma



Assembleia Municipal

conduta reprovável por parte do Presidente da Câmara e pretende criar nos leitores uma percepção de alarme, sem uma sustentação rigorosa dos factos, considerando que em causa está o exercício de um direito legítimo.

-----A apresentação de uma queixa à entidade responsável pela regulação do sector da comunicação social”. Fim de citação

-----A decisão sobre este ponto em concreto, apenas vem confirmar aquilo que sempre defendi, esta não era uma tentativa de silenciar ninguém, mas um exercício de um direito que a democracia nos confere.

-----A deliberação integral da ERC pode ser consultada no site da ERC, mas também em nome da verdade e da transparência, solicitava ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se me permite que possa distribuir a decisão integral da ERC relativamente à decisão sobre a queixa que tive ocasião de apresentar. Muito obrigado Senhor Presidente”.

----- De seguida foi dada a palavra à **Senhora Deputada Rita Gonçalves**, que cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e de seguida disse:

-----“Hoje quero felicitar a Associação Atlética de Arganil, nomeadamente os seus dirigentes e jogadores, pela vitória no campeonato distrital da segunda divisão e pela subida à divisão de honra.

----- É um orgulho para todos os arganilenses, o esforço e dedicação que estes jovens tiveram para alcançar esta vitória, ultrapassando todos os obstáculos.

----- Em meu nome, proponho um voto de louvor para esta grande vitória. Muito obrigada”

----- Teve a palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João Travassos**, que começou por cumprimentar todos os presentes e de seguida referiu, “a Senhora Deputada Rita já falou, naquilo que eu queria focar. Gostava que ficasse aqui registado a vitória da nossa Associação Atlética.

----- Para mim até é uma dupla vitória. É vitória porque ganharam no campo e é uma vitória da direcção porque eu sei as dificuldades com que eles se deparam. Trazem ali tanto jovem, mas nós autarquias também não podemos mais, mas deveríamos ter mais atenção, porque é uma luta que eles travam.

----- Eu disse lá no dia da festa, que eles de um euro, conseguem fazer cinco e por isso é que eles também são campeões. Mas também lhes disse, que assim a vitória também sabe melhor, as vitórias



Assembleia Municipal

que nos surgem das dificuldades ainda nos sabem muito melhor porque se estivessem a nadar em dinheiro, com certeza nem ganhavam.

----- Os meus parabéns à Associação Atlética e os votos das maiores felicidades e conforme a Deputada Rita fez a proposta do louvor, cá estarei para votar a favor também. Muito obrigado”

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado Fernando Vale**, que começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Arganil e na sua pessoa cumprimentou todos os presentes.

----- “Hoje comemora-se o Dia da Liberdade e o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil, referiu o acórdão da ERC e eu queria referir aqui, que este acórdão considerou improcedente a queixa realizada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil, relativamente à Comarca de Arganil.

----- Isto constitui a meu ver uma pressão e um condicionamento da actividade do jornal e há um ano atrás, na Assembleia Municipal, eu propus ao Senhor Presidente que retira-se a queixa porque considerava que no dia que se comemorava a Liberdade, não era plausível esse tipo de atuação da Câmara Municipal para com um órgão da Comunicação Social e inclusive dando o exemplo do Partido Socialista, que se sentiu bastante afectado por um editorial do mesmo jornal e não teve qualquer tipo de actuação para com aquele jornal, da mesma forma que o Senhor Presidente.

----- Não poderia deixar também, de deixar aqui um abraço de solidariedade e de amizade ao jornalista Paulo Matos Afonso, cuja idoneidade profissional foi colocada em causa e que o acórdão da ERC também de certa forma o iliba.

----- Um outro assunto que eu gostaria de trazer aqui e gostava que o Senhor Presidente nos desse explicações, é o seguinte: ouvi a entrevista do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça e fiquei muito, muito, apreensivo com o que ouvi naquela entrevista.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, revela um convite e eu quero cumprimenta-lo pela sua coragem, pela sua frontalidade, ao desmascarar este tipo de atitudes. Revela um convite, do actual Vice-presidente da Câmara Municipal, Luís Paulo Costa e candidato do PSD à Câmara Municipal de Arganil, um convite ao senhor Rui Franco, para ser Comandante dos Bombeiros Voluntários Árgus e após as eleições autárquicas, ser Comandante Municipal da Protecção Civil. Isto parece-me ser uma instrumentalização das organizações e instituições do Concelho, que é a todos os níveis inaceitável.

----- Eu gostava que o Senhor Presidente comentasse isto. É só”.



Assembleia Municipal

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado António João Lopes**, que cumprimentou todos os presente e de seguida referiu, “hoje na comemoração do Vinte Cinco de Abri, é pena trazer um protesto.

----- Quero trazer um protesto a esta Assembleia pela designação que foi dada a uma rua de Coja, de um antigo elemento do Governo do Estado Novo, que durante o seu período de Ministério, foi responsável pela PIDE, que nesses sete anos foi responsável pela morte do General Humberto Delgado e a sua secretária em Espanha, foi responsável pela morte do arquitecto Dias Coelho em Lisboa e manteve na prisão centenas de trabalhadores e estudantes, espancando-os nas várias prisões que foram feitas entre sessenta e um e sessenta e sete, que deixou de ocupar esse lugar.

----- Eu protesto nesta Assembleia e neste dia vinte cinco de Abril, por alguém ter tido a coragem de por numa rua como exemplo para as novas gerações, o nome deste senhor que no Portugal Democrático não devia ter direito a tal situação.

----- Essa situação, normalmente em situações normais e dado que estes representantes políticos são todos de partidos democráticos, segundo conheço os programas dos vários partidos, admito que houve aqui um erro profundo. Ou ninguém conhece o senhor ou mudaram de partido desde as eleições até agora. A verdade é que não há aqui nenhum partido, que represente a política do Estado Novo de massacre, de inteligência do povo português que se verificou durante muitos anos.

----- Por isso eu lamento que tenha que referir este protesto no dia em que comemoramos o dia Vinte Cinco de Abril. Espero que sejamos capazes de fazer uma alteração nesta atitude.

----- Um outro aspecto que quero debater e apresentei já esta proposta há cerca de seis meses, mas parece que houve qualquer problema no envio por eletrónica, acontece que no Concelho de Arganil há três tipos de empresas, que segundo a minha opinião mereciam um louvor desta Assembleia.

----- Uma delas é o trabalho que o Senhor Rogério Leal tem feito no Barril, criando estufas agrícolas e aproveitando resíduos que normalmente são enviados para o lixo, para criar riqueza e desenvolvimento com a criação de postos de trabalho. Outra é uma empresa que está a funcionar na Freguesia de Vila Cova do Alva, perto de Vinhó mas o local de trabalho é já na Freguesia de Coja, que um senhor do qual não seio o nome, disseram-me que era alemão e é possível que o Presidente da Junta de Vila Cova, saiba pronunciar o nome, eu não conheço.

----- Este senhor, a partir de produtos inaproveitados que é a raiz da torga, que é uma planta que existe na Serra do Açor com umas flores azuis, por isso um material muito duro e ele está a aproveitar. Já tem cinco postos de trabalho e está a aproveitar as raízes para aspectos artísticos e para brinquedos de cães, que exporta para Alemanha, exportando em média, dois contentores por mês com cinco postos de trabalho.



Assembleia Municipal

----- É o aproveitamento de uma riqueza desaproveitada até agora, era aproveitada antigamente para a produção de carvão para os ferreiros, porque atinge uma temperatura muito alta, mas isso perdeu-se por volta de mil novecentos e cinquenta / sessenta. Agora acho interessante esse tipo de aproveitamento que pode ser um aproveitamento das riquezas deste Município, mas para isso, teremos de olhar com olhos de concretização dos projectos.

----- Outro tipo de empresa que ultimamente me foi dito que está com algumas dificuldades, mas que é pena porque tem trabalhado sempre individualmente, a partir de uma iniciativa da Junta de Freguesia do Piódão, é o rebanho industrial, que deixa de ser um rebanho tradicional, em que a pastorícia é extremamente difícil, mas é um rebanho onde as cabras e as ovelhas podem pastar em lotes pré determinados e controlam o crescimento do mato, diminuindo assim os incêndios, ou pelo menos aumentando a capacidade do seu combate.

----- Por tudo isto, estas três empresas que estão, digamos numa fase de crescimento elementar, mas que podem ser significativas, se formos capazes de as multiplicar, aproveitam produtos até agora não aproveitados, temos riqueza que pode ser aproveitada, contamos com a imaginação das estruturas oficiais, particulares e estatais. Por isso para estas três empresas eu propunha também um voto de louvor e fazia votos para que num próximo programa do Município de Arganil, fosse possível introduzir uma alínea para apoio ou aproveitamento de riquezas existentes no Município. Por agora é tudo”.

----- “Teve a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis**, que começou por cumprimentar todos os presentes e de seguida proferiu, “ eu gostaria muito de ter tido acesso a esta deliberação da Entidade Reguladora para a Comunicação Social. É um documento longo e é difícil fazer uma opinião de momento. Procurei lê-lo mas não me foi fácil, de qualquer forma penso que o colega da bancada Fernando Vale, faz uma complementaridade da análise e eventualmente mais tarde também poderei pronunciar-me mais tarde sobre isto. Mas penso que o importante é que isto deveria ter sido distribuído no sentido de termos uma opinião formada sobre o assunto.

----- Também antes de fazer a minha intervenção, queria dizer que concordo e subscrevo as palavras de António João Lopes relativamente à rua de Coja e de Alfredo Santos Júnior e dizer aqui que há um sentimento generalizado em Coja de que aquela figura não é uma figura grada, há uma certa discordância e é talvez o assunto onde mais pessoas me têm interpelado, dizendo que não está bem e que aquilo não se coaduna com a nossa vivência nem com os nossos valores.

----- Queria partilhar isto convosco no sentido de conjuntamente encontrarmos uma solução, porque no fundo aquilo não é um bom trabalho e uma boa solução.





Assembleia Municipal

-----Hoje é o dia da liberdade, é o dia de todos, em conjunto procuramos viver este dia de uma forma muito digna e eu trago aqui um assunto que me preocupa de alguma forma.

-----Como é do conhecimento de todos, falar em Liberdade é também falar nessa grande figura portuguesa que é Mário Soares e dizer o seguinte:

-----O seu falecimento ocorreu como sabem no princípio de Janeiro de dois mil e dezassete e de uma forma muito célere e muito bem na minha opinião, os Senhores Vereadores do PS, levaram o assunto a sessão de Câmara procurando que o Município perpetua-se esta memória e homenageasse este grande cidadão, fazendo com que ele entrasse na toponímia arganilense.

Esta sugestão dos Deputados Municipais do PS foi bem recebida e houve uma decisão favorável, tendo esse mesmo assunto sido remetido para a Comissão de Toponímia Municipal, que o abordou em seis de Fevereiro de dois mil e dezassete.

-----Eu devo aqui uma palavra para esta Comissão de Toponímia, que tem funcionado bem, que tem resolvido os problemas calmamente, que tem encontrado formas e consensos para as deliberações que têm sido tomadas. E nessa reunião de seis de Fevereiro, foi deliberado por unanimidade apoiar essa proposta dos Vereadores do PS e incluir Mário Soares na Toponímia Municipal foi ainda aventado um local digno que foi referido e que teve a concordância de todos os membros da Toponímia, naturalmente que falta aqui a entidade decisora que é a Câmara Municipal, mas o que de alguma forma me espanta, é que até este momento e são passados meses, não haja uma posição pública sobre este assunto.

-----Eu penso que ficava muito bem hoje, no dia da Liberdade, em Vinte Cinco de Abril, à semelhança do que é um pouco replicado por todo o país, que Arganil também pudesse dizer neste dia que prestamos esta homenagem àquilo que muita gente considera e inclusivamente a imprensa estrangeira uns dos pais da democracia portuguesa”.

-----Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Luís Almeida**, que começou por cumprimentar todos os presentes e de seguida referiu:

“Quando em dois mil e catorze nos manifestámos publicamente sobre a qualidade da água da rede pública proveniente da captação do subsistema do Feijoal e distribuída maioritariamente nas Freguesias de São Martinho da Cortiça e Pombeiro da Beira, viemos reconhecer a necessidade de procurar uma solução que permita solucionar de uma vez por todas uma situação que o atual executivo herdou.

Mais tarde, em Setembro de dois mil e quinze, tivemos oportunidade de nos congratular com o investimento de aproximadamente 5 milhões de euros da Águas do Centro Litoral e da Câmara Municipal em matérias de Ambiente e da Saúde.



Assembleia Municipal

Na altura, destacámos o Protocolo celebrado com a Águas do Centro Litoral, o qual permite realizar importantes investimentos, na vertente em alta, realçando a fusão dos sistemas da Alagoa e Feijoa, com uma única captação na Alagoa.

Importa aqui realçar a capacidade do Município de Arganil em obter o necessário financiamento, o qual se traduz num investimento 3,1 milhões de euros das Águas do Centro Litoral, cujo concurso público se encontra a decorrer e que permite solucionar um problema que se arrasta há décadas.

A solução entretanto preconizada e apresentada recentemente pelo Sr. Vice-Presidente, cujo início dos trabalhos está previsto para o terceiro trimestre do presente ano, vem demonstrar que para o PSD, os problemas são devidamente analisados e aprofundados, mas que, acima de tudo são encontradas soluções.

Esta intervenção, há muito aguardada pelas populações, vem resolver algumas questões quer do ponto de vista do fornecimento, quer da qualidade da água abastecida, abrangendo as freguesias de Arganil, Sarzedo, Secarias, Pombeiro da Beira e S. Martinho da Cortiça, beneficiando cerca de 60% da população do concelho.

Esta e outras intervenções em curso, como são os projectos cofinanciados por fundos comunitários aprovados, deixam antever que a qualidade e a excelência ambiental, deverão continuar no topo das prioridades do futuro executivo municipal, permitindo melhorar a qualidade de vida dos Arganilenses.

-----Em suma, dizer apenas que os Arganilenses, também em matéria de Saúde e Ambiente, podem continuar a confiar no nosso trabalho, como única alternativa de futuro para o Concelho de Arganil.

-----Queria apenas deixar aqui outros dois apontamentos. O primeiro, congratular-me com a inclusão da Aldeia do Piódão como pré finalista de iniciativa “7 Maravilhas de Portugal – Aldeias” na categoria aldeias remotas, a qual para mim, obviamente que sou suspeito, considero ser a mais bela aldeia de Portugal.

----- Esperemos que a aldeia do Piódão passe à final e quem sabe saia vencedora nesta categoria, desde logo uma aldeia é finalista na categoria de aldeias remotas, mas que poderia ser quase que finalista na esmagadora maioria das restantes categorias. -----

----- Um apontamento também, em verificar que Arganil consolida uma vez mais a sua posição no ranking boom da Bloom Consulting, ver o registo em que é o trigésimo quinto Município na Região Centro e o centésimo vigésimo terceiro a nível nacional, destacando na vertente de Turismo, visitar a inclusão, nos cem primeiros Municípios do país, o que vem reforçar e acrescentar o recente terceiro



Assembleia Municipal

lugar, no distrito ao nível das dormidas, num ranking onde sobretudo visa categorizar a atratividade da marca dos trezentos e oito Municípios nas categorias Visitar, Investir e Viver-----

----- É importante uma vez mais, ver e neste caso é uma consultora que fez este estudo e que faz esta análise de mercado há quatro anos e ver que Arganil vem consolidando a sua posição e neste ponto em particular, na vertente do Visitar e do Turismo.

----- Por último, também era uma das intervenções que pensava fazer, mas associar-me às palavras de apreço e parabenizar a Associação Atlética de Arganil, por esta importante vitória que muito dignifica o Concelho de Arganil. Obrigado”.

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís Moura**

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal permita-me que através de si cumprimente os restantes membros desta Assembleia e em especial os senhores presidentes de Junta de Freguesia que aqui representam as suas populações.

É importante que o espírito de Abril seja renovado ano após ano, recordando aos nossos jovens que a liberdade é um bem precioso que hoje podem disfrutar e que resultou da luta travada por muitos portugueses ao longo de mais de meio século.

É importante que este dia sirva também de reflexão aos atuais agentes políticos, procurando respostas para a crescente onda de insatisfação que assola o mundo democrático, dando lugar ao aparecimento de fenómenos de revolta.

Cingindo-nos ao universo do concelho de Arganil, permita-me Senhor Presidente que traga a esta sessão um episódio que se passou recentemente e que foi motivo de justa contestação de muitos arganilenses.

Como é do conhecido geral, há vários anos que Coja vem desenvolvendo um conjunto de ações de promoção da nossa região, procurando formas sustentáveis de alimentar o fluxo turístico que nasceu em mil novecentos e setenta e oito no concelho de Arganil, através do parque de campismo de Coja e que, sem imodéstias, foi a alavanca do turismo nesta região.

Acompanhando os tempos, Coja realiza há anos na primeira quinzena de Agosto a FAVA e, acompanhando também os tempos, há cinco anos que no feriado de Agosto dá corpo a um festival de música direcionado às gerações mais jovens.

Estranhamente, veio a publico a decisão do Município patrocinar a realização de um evento similar na Cerâmica de Arganil no dia catorze de Agosto, o qual gerou uma onda de contestação pela intencionalidade e desrespeito pelos jovens da vila de Coja.



Assembleia Municipal

Mais estranho ainda, senhor presidente da Assembleia Municipal, foi o teor do comunicado da Câmara quando refere – passo a citar:

*“Na sequência da divulgação da data de realização do evento “Arganil Summer Fest”, promovido pelas Associações Juvenis do concelho, com o apoio da Câmara Municipal de Arganil, esclarece-se o seguinte:*

*1 - A organização e a Câmara Municipal desconheciam a realização de qualquer outra atividade similar no dia catorze de Agosto;*

*3 - Todavia, porque se soube entretanto que estará agendada para a Vila de Coja uma iniciativa dirigida ao mesmo tipo de público, consideramos que se justifica evitar a sobreposição de eventos.”,* fim de citação.

Sem outro tipo de considerandos que deixo á consideração dos respeitosos membros desta Assembleia e sendo do conhecimento geral que a Câmara Municipal se recusou a apoiar o festival de Coja em dois mil e quinze e dois mil e dezasseis e que em dois mil e dezassete ainda não se pronunciou sobre qualquer apoio, não posso deixar de questionar o Presidente da Câmara para perante esta Assembleia justificar as razões que o levaram a tentar destruir o trabalho dos jovens Cojenses que vêm fazendo pelo progresso da sua terra e do Concelho de Arganil.

Pergunto-lhe também Senhor Presidente da Câmara, agora que sabe que em Coja se realiza o festival de Músicas de Verão estará disponível a apoiá-lo com a mesma verba que há uma década vem atribuindo ao Arganil Rock e que ultrapassou mais de uma centena de milhares de euros nas suas dez edições.

E poupando o Senhor Presidente à retórica dos esclarecimentos que não deixará de utilizar na sua resposta a esta Assembleia, informo que a União de Freguesias de Coja e Barril de Alva decidiu afetar ao turismo uma parte substancial do valor dos Contratos programa, na certeza de que o superior interesse de Arganil, passa pela promoção dos nossos recursos e da nossa capacidade de atrair pessoas, pela beleza das praias fluviais espalhadas por todo o alto Concelho.

Precisamos contudo de ações que catalisem o turismo e se aproximem do tipo de expectativas daqueles que nos visitam. Falando apenas de Coja, porque é aí que residem as oportunidades que o turismo nos possibilita, precisamos de apostas inovadoras, algumas arriscadas até como o Carnaval de Verão, sendo o festival Musicas de Verão claramente uma porta direcionada para um público jovem que nos interessa, pelo que é importante não o deixar morrer agora que está em crescimento e se vem afirmando como uma referência no concelho de Arganil.

Para terminar, permita-me senhor Presidente da Assembleia que parti-lhe um extrato do diálogo travado nas redes sociais por duas jovens do nosso concelho, ilustrativo o sentimento de descrédito instalado sobre os agentes da política concelhia:



Assembleia Municipal

*Responsável do Arganil Rock: “Parece que afinal o problema não estava na sobreposição de datas .... visto que apesar da alteração da mesma , continua a dar tanto que falar .... as associações em causa não têm partidos políticos, têm sim jovens que nasceram ... num país em que somos livres de fazer as nossas próprias escolhas ... Por amor de Deus, que política é esta?? Isto era apenas e só um evento lúdico para o concelho, que acaba por ser emaranhado numa pseudo guerra local que nos é totalmente alheia .... Querem apoio?? peçam-no!!!! Não o têm??? A CULPA NÃO É NOSSA!!!*

*Responsável do Festival Musicas de Verão: Amiga, acho que está a levar demasiado a peito o problema. Ninguém está contra si (e outros demais), a associação que representa ou os eventos que a sua associação tem o direito de realizar. Além do mais, aplaudimos e apoiamos todas as atividades com contributos locais. Contudo, não nos tem de pedir que aceitemos que uma Câmara Municipal vos apoie/patrocine enquanto Coja tem um Festival de Verão, com mostra dada de qualidade e de resultados positivos para esta região, que inexplicavelmente é totalmente ignorado... sem apoios e pelos visto sem reconhecimento (dado não saberem que 14 de Agosto iria colidir com outro evento do concelho)!*

*Ambas somos jovens, ambas vivemos no concelho de Arganil e ambas queremos fazer parte de eventos que tragam algo mais a este concelho, por isso ambas devíamos ser apoiadas de forma justa e igualitária ... mas, infelizmente, a política mesquinha e de má fé praticada neste concelho permite-lhe a si que o faça mas a mim não.*

*E ambas sabemos o nível de envolvimento da câmara municipal nesse evento quando quem altera a data é a própria câmara e não as associações "organizadoras"!*

*Mas como por estes lados somos teimosos, o Festival Músicas de Verão vai continuar a ser realizado com o nosso total empenho e esforço, indo buscar apoios a quem menos pode, mas que nos quer ajudar!*

*Esperemos que apareçam por Coja agora que têm a agenda livre!*

Senhores membros da Assembleia, senhores Presidentes de Junta. Este relato, para além de preocupante, é bem ilustrativo do sentimento que os jovens deste concelho detêm da sua Câmara Municipal e da consciência instalada da falta de igualdade no tratamento dos nossos jovens.

Terminando como comecei, gostaria que nos sentíssemos todos obrigados a aprofundar os valores de Abril, refletindo sobre o significado da palavra democracia na última década neste Concelho, enfim, e porque o passado já não se emenda, na necessidade de implementar no futuro uma política de paz, amizade, prosperidade e cooperação e que devolva a este concelho a esperança nas pessoas que ainda cá estão e aqui querem continuar a viver.

Porque, como disse um dia alguém, “A Revolução de Abril não é repetível. Muito obrigado”.



Assembleia Municipal

----- Teve a palavra a **Senhora Deputada Arménia Coimbra**, que proferiu, “Uma breve referência ao Vinte Cinco de Abril e que viva para sempre nos nossos espíritos enquanto vivos formos.

----- Recordo sempre a estas horas, há quarenta e três anos, o grande político e democrata do nosso país, que cedo nos deixou, Francisco Lucas Pires

----- Estava eu às nove da manhã, na aula de direito colonial, quando anunciámos ao nosso professor Francisco Lucas Pires, o que se estava a passar no país, não sabendo ele do que se tratava.

----- Em várias entrevista, quando lhe perguntavam onde estava? Como soube do Vinte Cinco de Abril?

----- Ele disse-o sempre, através dos meus alunos de direito colonial, numa aula da Faculdade de Direito. Com ele estavam muitos daqueles que vieram a marcar este país, como Anabela Rodrigues primeira mulher doutorada em direito em Portugal, Francisco Pimentel militante do Partido Social Democrata, mais tarde Amorim Pereira, Secretário de Estado, mais tarde Dias Loureiro e muitos outros alunos dessa fatia dos anos setenta.

----- Estamos no Vinte Cinco de Abril, o Senhor Presidente despertou-nos para ele com a intervenção e a comunicação a título informativo, que nos deu sobre a deliberação da ERC.

----- Como já disse e muito bem o Senhor Deputado Eugénio Fróis, a leitura desta decisão, chamada deliberação e como já disse também Fernando Vale, não é de fácil leitura e apreensão.

No entanto o Senhor Presidente utilizou esta metodologia, deu-nos o seu resumo síntese daquilo que colheu como bom desta deliberação para a sua queixa, distribuiu-nos só de seguida o documento escrito, portanto obriga-nos também a este método.

----- Lemo-lo em diagonal também aqui, mas como está aqui presente o jornalista visado nesta deliberação e porque aquilo que acontece no momento, se não for no momento apreendido e explicado é essa a imagem que fica, é o impressionismo da primeira apreensão, não é a leitura que se fará em casa, no nosso silêncio e porque o jornalista aqui está, eu permito-me só resumir em dois minutos não mais e porque se prende também a questão com a Assembleia Municipal.

----- A queixa do Senhor Presidente num segundo segmento dela, tinha a ver com a Assembleia Municipal de Arganil, que foi confinada como diz a queixa, ao Museu do Rally e que ocupou toda uma página do periódico *A Comarca de Arganil*.

----- Quanto a essa segunda notícia, a queixa tratou de analisar a notícia, que surge pela controvérsia gerada pelo Deputado da CDU António João Lopes e que de seguida mereceu também, algumas referências críticas do Deputado do Partido Socialista, António Oliveira Simões.



Assembleia Municipal

----- Faz uma análise do conteúdo dessas intervenções na Assembleia Municipal, analisa-as e diz e passo a citar: *“esta deliberação apenas em três pontos que nos importam a nós membros da Assembleia Municipal”*.

----- *“O jornal utilizou essa notícia como forma de atingir a idoneidade, a credibilidade e a imagem da autarquia de Arganil e dos seus responsáveis?”*, questiona.

----- Cumpre referir, diz a ERC, que ficou comprovado no processo, que o jornalista que elaborou a peça que possui a devida habilitação profissional para o exercício da actividade jornalística. Quanto à propriedade do jornal, que o queixoso também se referia, de acordo com os documentos juntos são suficiente esclarecer, que a Fundação Memória da Beira da Serra a Comarca de Arganil, detém a propriedade do jornal. Isto eram excertos da queixa do Senhor Presidente da Câmara.

----- Mas aqui ó que interessa, argumenta o queixoso em relação à notícia, de que houve uma encenação para eludir os munícipes, que existia uma clara intenção de sobrevalorizar as críticas dirigidas pela oposição, considera a deliberação no que respeita à legação da violação do princípio do pluralismo, a análise permitiu observar, que embora a cobertura jornalística realizada, se tenha centrado na dimensão antagónica das posições dos deputados, fê-lo de forma diversificada dando voz àqueles que representam a oposição, mas também aos que compõem a maioria camarária, incluindo o seu, presidente Ricardo Pereira Alves. Para além disso o jornal deu voz ao Presidente da Câmara, veiculando as suas respostas às críticas de que foi alvo na dita reunião, cumprindo também a observância do princípio do contraditório.

----- Isto porque nós ficamos gratos aos jornalistas, isto porque nós membros da Assembleia Municipal também apreciamos que os jornalistas divulguem o que aqui se passa.

----- Por isso resumindo, a deliberação considerou que havia três questões a apreciar e resumiu-as desta forma:

----- Se houve ou não falta de rigor informativo em ambas as notícias;

----- Se houve desproporção de tratamento das diferentes forças políticas;

----- E se houve lesões do direito ao bom nome da Câmara e do seu presidente.

----- Concluiu desta forma: Julgou improcedente as duas últimas, considerou que a queixa ao jornal quanto à violação de liberdade e imprensa não se verificava, julgou improcedente a queixa quanto às alegadas falta de pluralismo político e de violação do direito ao bom nome e à reputação e constactou a inobservância de rigor informativo em algumas partes das peças processuais noticiosas e sensibilizou A Comarca de Arganil para a necessidade de fazer referência às fontes, que estão na origem da informação publicada, quando outro procedimento não tenha sido com elas acordado e de acautelar um registo estritamente informativo, não opinativo e não sensacionalista.



Assembleia Municipal

----- Ou seja, das três queixas e aquela que nos importa a nós enquanto membros da Assembleia, é que não nos deu a nós oposição, não considerou que o jornalista teria dado preferência, prevalência, notoriedade à oposição. Era essa a principal queixa do Senhor Presidente, que a nós enquanto membros da Assembleia Municipal, nos interessava aqui e agora neste momento registar.

----- O Senhor Presidente está a dizer que não, eu também o ouvi, ouvi a sua leitura e respeito-a porque há de facto um segmento que lhe é favorável, que eu li. É o ponto um da deliberação mas no entanto aquele que nos interessa a nós enquanto Deputados, é que o senhor jornalista que aqui está, que foi considerado como habilitado, pelo que eu percebo, até as suas habilitações, até a propriedade do jornal foram questionadas pelo Senhor Presidente enquanto queixoso, foram aqui postas em causa, mas foi julgado improcedente, que não tenha havido falta de pluralismo político e de violação do direito ao bom nome e há reputação que também não foi procedente a queixa, quanto à violação de liberdade de imprensa. Isto para dizer, é muito grata a presença dos jornalistas nestas Assembleias, porque publicitam o que aqui se passa.

----- Aconselho a todos a que leiam e que façam cada um a leitura que entender porque é assim mesmo, quando se lê um livro ou um romance, também se lê de várias formas”.

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves**, para responder às questões que foram colocadas.

----- “Começava precisamente por este tema, que foi objecto de intervenção por parte do Senhor Deputado Fernando Vale, do Senhor Deputado Eugénio Fróis, da Senhora Deputada Arménia Coimbra e dizer, que a deliberação é de quatro de Abril e foi recentemente tornada pública no site da ERC e não houve oportunidade de a distribuir antes pelos senhores Deputados, apesar de ela estar disponível no site da ERC e naturalmente compreendo que não seja fácil de ler neste período tão curto a deliberação, uma vez que ela ainda é algo extensa.

----- Dois pontos prévios:

----- Relativamente à questão do jornalista, era importante para a Câmara, saber se o jornalista tinha ou não carteira profissional e o jornalista é técnico profissional estagiário e foi isso que foi respondido pela ERC, apesar da ERC dizer que não lhe compete averiguar se o jornalista tem ou não tem.

----- Segundo ponto: O que foi aludido é que a proprietária do jornal é a Fundação Memória da Beira Serra e todos sabemos que a Fundação nunca foi legalizada, a Fundação não existe. Existe outra entidade, mas como Fundação não existe.

----- Vamos no fundo procurar esclarecer: eram três questões que estavam em cima da mesa e eu tive ocasião de me referir a elas na declaração que fiz.





Assembleia Municipal

-----Uma tinha a ver com o rigor informativo sobre duas notícias e a ERC veio deliberar no sentido que tinha havido uma inobservância, em algumas partes das notícias e inobservância no rigor informativo. Portanto, claramente deu razão àquela que foi a queixa que apresentei.

-----Relativamente à questão que fiz sobre pluralismo político, a ERC considera que não houve violação do princípio do pluralismo político, portanto a Senhora Deputada Arménia Coimbra referiu essa situação e eu também referi na minha posição. A ERC não me deu razão nesse ponto. Relativamente à violação de direito ao bom nome e à reputação, a ERC entende que o facto de mediante aquela capa de jornal em que eu era acusado de querer silenciar o jornal, a ERC entendeu que o facto de eu ter exercido o direito de resposta e me ter sido permitido, não houve violação desse direito, porque permitiu que houvesse esse direito de resposta.

-----Quanto à questão de liberdade de imprensa, é importante clarificar isto, foi uma queixa apresentada pela Comarca de Arganil contra mim, não fui eu contra a Comarca de Arganil e essa queixa foi julgada improcedente, porque a ERC entende, como sempre afirmei também, de que eu me limitei a exercer um direito legítimo que a democracia me conferiu e portanto, não houve violação de liberdade de imprensa na queixa que a Comarca de Arganil apresentou contra o Presidente da Câmara Municipal de Arganil.

----- Eu julgo que a leitura atenta e serena da sentença da ERC esclarecerá todas as dúvidas. Muito claramente entendo que a ERC nesta deliberação respondeu às questões que tinha apresentado na queixa que tive ocasião de fazer

-----Passando às questões que foram aqui abordadas, gostava de me associar em nome da Câmara Municipal à intervenção, quer da Senhora Deputada Rita Gonçalves, quer do Senhor Presidente da Junta de Arganil, relativamente à congratulação e ao louvor à Associação Atlética de Arganil, pela extraordinária época desportiva que realizou e que culminou com a subida à Divisão de Honra da Associação de Futebol de Coimbra, no escalão sénior e estamos muito satisfeitos.

----- Quanto à intervenção do Senhor Deputado Fernando Vale, sobre a questão da ERC respondi. Sobre o desafio que me colocou, em comentar a entrevista do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça.

----- Ora eu não vou naturalmente comentar porque não sou comentador e aqui neste órgão, sento-me como Presidente da Câmara Municipal.

----- Aquilo que posso dizer é que a Câmara Municipal ao longo destes anos entendeu, por decisão própria, não nomear nenhum Coordenador Municipal da Proteção Civil. Como este tema, tem sido abordado no contexto das eleições autárquicas e como eu não sou, como é sabido por razões conhecidas, candidato à Câmara Municipal nas próximas eleições autárquicas, entendo que não devo dizer mais nada sobre este assunto, uma vez que o fórum onde ele tem sido discutido, é no âmbito



Assembleia Municipal

das eleições autárquicas e nós estamos aqui no Órgão Deliberativo da Autarquia que fiscaliza a Câmara Municipal e não tem sido este o espaço para discutir esta matéria.

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Eugénio Fróis sobre a rua doutor Alfredo Santos Júnior,

----- Eu já tive ocasião de dizer, que não há nenhum processo de atribuição toponímica que esteja fechado e que seja imutável, mas julgo que este ponto em concreto desta rua deve merecer uma ponderação serena, recatada, nos órgãos próprios e cumprindo todos os passos que estão definidos, porque muitos de nós estamos envolvidos nesta decisão, Senhor Deputado Eugénio Fróis.

----- Consultado o processo de atribuição toponímica das ruas de Coja, pude perceber que na Assembleia de Freguesia que aprovou a proposta à Câmara Municipal para a atribuição deste nome de rua, participou nessa votação e com voto favorável, o Senhor Deputado Eugénio Fróis e o Senhor actual Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, o senhor Luís de Moura.

----- Eu também votei esta proposta na Câmara, tal como os Senhores Vereadores, naturalmente que estamos abertos a poder discutir e uma eventual alteração em matéria toponímica na vila de Coja. Mas julgo que isso deve ser feito, com respeito por todos os outros intervenientes e percorrendo todos os passos que estão previstos no âmbito da atribuição toponímica. Neste caso com parecer da Comissão Toponímia, com parecer da Junta de Freguesia e a deliberação da Câmara Municipal.

----- Relativamente à atribuição toponímica ao doutor Mário Soares, a Câmara Municipal já mostrou essa vontade unânime, sei que a Comissão de Toponímia já falou sobre essa situação, pedimos uma proposta relativamente à localização, a Junta terá que ser consultada e depois a Câmara Municipal decidirá.

----- Quanto à intervenção do Senhor Deputado Luís Almeida, também agradecer as suas palavras, mas queria também destacar esta questão do investimento da Águas do Centro Litoral.

----- É um investimento muito importante para o Concelho, 3,1 milhões de euros para proceder à fusão dos sistemas de Alagoa e Feijoal. Visa servir uma significativa percentagem do Concelho, as Freguesias de Arganil, Secarias, Sarzedo, São Martinho da Cortiça, Pombeiro da Beira e até Paradela da Cortiça, já no Concelho de Penacova. É um investimento muito importante, pelo qual tínhamos vindo a lutar há vários anos.

----- Também congratular-me com a escolha do Piódão para semifinalista da iniciativa Sete Maravilhas Portugal Aldeias e naturalmente, quero aproveitar para fazer um apelo a todos os senhores Deputados Municipais e a todos os senhores Presidentes de Junta, para que possamos promover o Piódão nomeadamente naquilo que vão ser as votações, para ver se o Piódão será em Setembro próximo, consagrado como uma das Sete Maravilhas de Portugal -Aldeias.



Assembleia Municipal

-----Relativamente aos dados recentes do ranking publicado pela Bloom Consulting e de facto há uma consolidação e há também um resultado muito importante, que tem a ver com a competitividade do Concelho na área turística.

-----Estamos no centésimo lugar a nível nacional, crescemos também ao nível regional e portanto isso mostra bem que para o futuro um dos caminhos é continuar a apostar na valorização turística do Concelho e no incentivo e na criação de um ambiente favorável ao investimento também neste sector.

-----Quanto à intervenção do senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva, eu gostaria de ir aos factos e depois ao significado político desta intervenção.

-----Relativamente aos factos, nós não desconhecemos naturalmente, que existe o *Festival Músicas de Verão*, mas ele normalmente quando o feriado não está encostado ao fim de semana, decorre no fim de semana e portanto, não imaginámos e como nunca nos foi comunicado pela União de Freguesias de Coja e Barril de Alva, que no dia catorze de Agosto houvesse festival.

-----Constatando que existia uma sobreposição de datas, imediatamente a Câmara Municipal e as Associações Juvenis.

-----Deixem-me dar uma nota, julgo que as Associações do Concelho mereciam outro tipo de consideração, por parte do Senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, decidimos alterar a data e não fazer coincidir. Isso foi feito de modo imediato e não é nenhuma falta de respeito para com os jovens de Coja ou para com Coja, é a constatação do facto que determinou imediatamente essa decisão.

-----Por outro lado também é referida a questão do apoio e eu quero recordar e isso vai ser apreciado mais à frente nesta Assembleia Municipal, mas que a proposta de Contrato-programa apresentado pela União de Freguesias de Coja e Barril de Alva, integra o apoio à realização de iniciativas culturais e promoção turística da Freguesia, bem como a dinamização das praias fluviais e da marca “Portas do Açor”.

-----Esta proposta já foi aprovada pela Câmara e vai ser submetida um pouco mais à frente, nesta Assembleia Municipal, portanto está consagrado o apoio para estas iniciativas.

Ainda sobre este assunto, permitam-me duas notas finais. Não me parece que seja adequado estarmos nesta Assembleia Municipal a comentar um post do facebook, sobretudo quando se citam descendentes directos de quem intervém. Francamente parece-me desadequado. Mas sobre o significado político desta intervenção, eu compreendo bem o significado da intervenção do senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva. Depois de ter andado nas últimas semanas a dizer o que Maomé não disse do toucinho sobre o candidato do Partido Socialista à Câmara Municipal, eu percebo que esta intervenção seja para branquear tudo aquilo que andou a



Assembleia Municipal

dizer, para atingir o objectivo de ter o apoio do Partido Socialista numa candidatura à Junta de Freguesia.

Parece-me que este papel de incendiário de serviço para obter fins de promoção política, não é o melhor caminho para atingir um bom resultado. Os bons autarcas são aqueles que promovem a coesão e a união não são aqueles que promovem a divisão. Senhor Presidente muito obrigado”.

-----Pedi a palavra o **Senhor Deputado Fernando Vale**, para dizer: “Relativamente ao que o Senhor Presidente da Câmara disse, eu não lhe pedi um comentário à entrevista do senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, eu bem sei que o senhor não é um comentador.

-----O que eu lhe pedi, foi que o senhor comente-se os factos ou as alegações que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça proferiu na entrevista que concedeu à Rádio Clube de Arganil e que implica dois membros do Executivo, o Vereador da Protecção Civil e o Senhor Vice-presidente. Foi isso que eu lhe pedi para comentar, nada mais. Mas o seu silêncio diz tudo.

-----Relativamente à questão da rua de Coja, eu gostava aqui de esclarecer todos os que aqui estão presentes, relativamente à culpabilidade daquele sujeito que está posto numa parede de uma rua de Coja e que eu também acho inqualificável enquanto cidadão, enquanto amante da liberdade, acho que é uma humilhação para todos nós, é uma humilhação para este Concelho, ter uma placa daquelas na minha população.

-----Vou-vos referir um acórdão do Supremo Tribunal Militar que julgou os membros da PIDE : “Na sua contestação, Silva Pais que era o director da PIDE, confessar a ter dado o seu apoio ao plano ardido contra Humberto Delgado, depois de o mesmo ter sido tacitamente aprovado pelo então Concelho de Ministros de Salazar e pelo então Ministro do Interior, doutos Alfredo dos Santos Júnior, após o duplo crime, Silva Pais correu a comunicar o seu desfecho aos mesmos dois governantes”.

-----Nós temos na rua de Coja, um assassino moral que a todos os níveis nos desqualifica enquanto cidadãos e como tal, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil, faça todos os possíveis para retirar o nome daquela rua de Coja. Humilha-nos a todos, humilha este Concelho, humilha todos aqueles que deram a sua vida, que sacrificaram a sua vida em prol da liberdade que hoje comemoramos. Senhor Presidente faça todos os possíveis para retirar aquele nome da rua de Coja. Muito obrigado”



Assembleia Municipal

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Eugénio Fróis** que proferiu, “apesar do esclarecimento adicional e do pedido veemente que eu compreendo e sublinho, tenho que dizer ainda mais alguma coisa sobre a rua em questão e dizer o seguinte:

----- Eu não pertenço à Assembleia de Freguesia de Coja, portanto eu não votei nada em pacote. Essa informação está desajustada Senhor Presidente, eu não votei isso e eu não pertenço à Assembleia de Freguesia de Coja.

----- Fazer um pouco de história para os presentes por solidariedade. Em Coja, naquele local onde está agora a questão desta placa que nos estamos a referir, estava lá uma placa muito bem colocada que dizia, Rua do Pimenta. Tinha este nome porque o Pimenta deu o espaço necessário para a viabilização da rua, portanto havia ali uma rua de tradição. Eu nunca poderia votar conscientemente que aquilo fosse alterado, se lá estava um nome muito bom, um nome de tradição.

----- Quando o Senhor Presidente da Câmara diz que isto são assuntos sensíveis e teremos que ver a forma com cuidado de corrigir isto, bom, eu aí subscrevo, mas que fique claro que me parece que há um sentimento que deve ser respeitado que foi expresso já aqui com veemência no sentido de fazer esta correcção, isto parece-me absolutamente necessário.

----- Relativamente ao espaço e à toponímia referente a Mário Soares, isto tem aqui algo que está mal contado, quando os Senhores Vereadores introduziram na reunião de Câmara a proposta no sentido de Mário Soares justificadamente entrar na toponímia de Arganil, se havia que pedir um parecer à Junta de Freguesia de Arganil, que eu não me oponho e acho que está correcto, ele tê-lo-ia sido feito imediatamente. Agora a Câmara aprovou por unanimidade essa decisão, encaminha-a para a Comissão Municipal de Toponímia que também por unanimidade e numa proposta concreta, aprova numa discussão saudável e muito responsável, bom não faz sentido.

----- Voltando ao início da intervenção, o que importa é resolver este problema e dar a esta figura que é um dos pais da democracia portuguesa, um espaço digno na vila de Arganil à semelhança do que está a ser feito por todo o país”.

----- Teve a palavra o **Senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís de Moura**, para referir:

----- “Voltando à questão da rua de Coja, a Assembleia de Freguesia da qual eu fazia parte e confirmo, foi-lhe apresentada uma proposta de sessenta e duas ruas para regularização administrativa das atribuições existentes.

----- Nesse documento aquilo que todos nós de boa-fé aprovámos por unanimidade, foi um conjunto de ruas que partimos do pressuposto que eram existentes e não pondo em dúvida aquilo que era a intenção do Executivo na época, que deu continuidade a um pedido da Câmara Municipal.



Assembleia Municipal

-----Nessas sessenta e duas, verificamos hoje, que havia quatro que não correspondem a atribuições existentes nomeadamente a Santos Júnior, Luís Sinde Filipe, Padre Dinis e Augusto Calinas.

-----Sendo estas atribuições um desrespeito pelas regras da toponímica, entende a Junta de Freguesia levar o assunto à Assembleia de Freguesia de amanhã, posteriormente colocar a situação à Comissão de toponímia Municipal e no termo do processo que a Câmara Municipal se pronuncie, valorizando ou validando ou não as quatro atribuições, espero que apenas três delas sejam ratificadas, repondo o nome da Rua do Pimenta que é a justiça das coisas e é a tradição que sempre imperou naquele local.

-----Relativamente à resposta do Senhor Presidente da Câmara, para mim não foi novidade da forma como se dirigiu e os termos que utilizou porque já nos habituou de que quando não há razão, utiliza retóricas políticas que condicionam as pessoas ou que procuram condicionar as pessoas, o que não é o meu caso felizmente.

----- Como todos sabem, eu não sou um político de carreira, não sinto grande amor pelos políticos nem pela forma como conduzem a sua vida e a sua postura, especialmente nestes palcos. Mas quero lembrar o Senhor Presidente da Câmara, que aqui estamos numa Assembleia Municipal e não num comício político e como tal seria bom que se abastecesse deste tipo de comentários, dirigidos a mim em particular, que sabe que não sou candidato a nada, não procuro apoios de ninguém e muito menos de partidos políticos, especialmente do seu, acho que foi descabida a sua intervenção. Também lhe digo que pelo seu sorriso, que se o senhor me tivesse convidado eu dir-lhe-ia completamente e logo na primeira hora, que não, porque não gostaria de me associar ao seu passado nem ao seu histórico. Muito obrigado”.

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado António João Lopes**, para referir: “Como já estamos na segunda volta, eu tenho outro assunto a tratar, mas primeiro tenho a salientar de propor o voto de louvor ao senhor jornalista Paulo Matos Afonso, porque com independência foi capaz de tratar de um assunto e é evidente que todos os assuntos são sempre difíceis de encontrar equilíbrio, mas o jornalista Afonso mostra que está dentro da filosofia do Vinte Cinco de Abril, pondo de parte a possibilidade de poder perder o emprego que muita gente tem medo nestas zonas e é capaz de fazer uma reportagem de acordo com a sua mente, com o seu raciocínio e com o seu trabalho. Por tudo isto eu proponho um voto de louvor depois de ter ouvido esta decisão da ERC.

----- Outro assunto que quero referir é que nós, nestas Assembleias e o Luís Moura disse agora, que estamos numa Assembleia Municipal e é aqui mesmo que temos que tratar os aspectos políticos.



Assembleia Municipal

Eu desde há quase quatro anos raramente ouvi aqui opiniões políticas, isto é, situações que devem ser revistas, alteradas, ponderadas. Eu não ouvi aqui opinião nenhuma de um Vereador da Câmara e têm estado aí quase todos os Vereadores, dão toda a possibilidade para ser a voz do Presidente da Câmara, raramente ouvi a qui a opinião dos Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões das Freguesias, a não ser o Luís Moura e o João Oliveira que também falava por vezes e recordo-me também de uma do Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo quanto à Estação de Tratamento que parece que teve andamento, mas há muitos outros assuntos.

----- Eu venho a Coja de dois em dois meses e um dos aspectos que se debate muito em Coja, é o desemprego. Quem é que aqui entre tanta gente, com formações tão diversas, pessoas a trabalharem em áreas tão diferentes... A situação em Coja deve ser semelhante à de Arganil, Piódão, São Martinho.

----- Outro aspecto é os roubos em Coja, Vila Cova do Alva, Cerdeira, ou pelo menos em qualquer grupo que se forme de três quatro pessoas, referem roubos de equipamento, de motores elétricos de motores a petróleo, de ferramentas, de moto serras, de casas. Houve em Vinhó que é da freguesia de Vila Cova, um roubo numa casa em que encostaram uma carrinha e levaram máquina de lavar, frigorífico, camas, cadeiras, mesas e isto passa-se no nosso Município.

----- Eu já tinha pedido anteriormente e na leitura da correspondência, foi lido que o António João Lopes pediu relatórios de segurança de Proteção Civil da Câmara. É evidente que a leitura da correspondência não quer dizer só leitura do remetente. Há aqui dois aspectos e também já referi esta situação anteriormente, de que a correspondência é tão pouca, e ainda se fosse na Assembleia da República que chegam cinco mil cartas por mês é uma coisa, agora aqui chegam quatro ou cinco e-mail de dois em dois meses.

----- O que está na lei é a leitura da correspondência, volto a referir que não é só leitura do remetente.

Eu pedi os dois últimos relatórios que a Câmara tivesse, sobre a segurança dos bens da população, a verdade é que não me foram enviados e certamente nem dois existem. Mas perante esta situação de roubos, o que é que a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal, a GNR, o que é que têm pensado? Que planos têm? O que é que já fizeram e o que é que ainda pensam fazer?

----- Porque ainda se passa outro contratempo é que no posto de GNR, estão lá quatro ou cinco guardas, mas estão como funcionários burocratas, estão apenas a ouvir as pessoas, a preencher dezenas de papéis, levam meia hora e fazem vir as pessoas de Coja, Cerdeira, Vila Cova, do extremo da freguesia, gente que não tem transporte, que gasta meio-dia, sem respeito pelo tempo das pessoas, passando eles lá frequentemente de carro dois.



Assembleia Municipal

-----Um conduz e o outro leva os documentos e vai à pessoa que se queixa e ouve a opinião e assina o papel.

-----Onde é que está o simplex tão falado das nossas estruturas governamentais?

-----Proponho que a Câmara / Executivo, faça chegar ao departamento Simplex do Ministério do Interior, formas de fazer com que a GNR não tenha os guardas que têm formação para guarda, não tem que fazer só o trabalho burocrático. Para isso chega uma pessoa que tenha o décimo segundo ano, pode lá estar um homem uma mulher, recolher as informações se for caso disso, mas nunca ser necessário deslocar as pessoas porque isto conduz a outra situação. As pessoas dizem-me, pronto houve um roubo e eu respondo: então comuniquem à GNR.

-----As pessoas dizem que nem pensar porque a seguir ainda vou ser ilibriado e ter que ir Arganil gastar transporte, horas, dias, duas e três vezes, uma vez para ouvir verbalmente outra para assinar um papel.

-----Meus amigos, isto é um dos assuntos fundamentais que devíamos tratar e vimos todos para aqui sem assuntos e o Concelho de Arganil, continua a não ter a resolução dos seus problemas, porque fazemos disto não uma casa política que é porque isto é uma reunião política, não é uma reunião religiosa em que ninguém diz nada porque segue as religiões que tem. Agora aqui temos que resolver a forma de debater estes problemas.

-----O que é que o senhor propõe para resolver os problemas dos roubos em Coja, Vila Cova, Vinhó, Cerdeira. Se calhar em Pombeiro e São Martinho da Cortiça também existem.

-----O que é que fazemos? Pedi os dois últimos relatórios e ainda não me chegou nada, se calhar mandaram pelo correio e o carteiro perdeu-os ou então mandaram pela Internet e esta extraviou-se. Isto é que é uma reunião política, não venham para aqui fazer gastar tempo às pessoas e com assuntos que às vezes não têm grande interesse.

-----É evidente que o futebol é interessante mas não precisamos de meia hora para louvar os atletas, damos-lhe os parabéns e muito bem. Agora pergunto ao Senhor Presidente da Assembleia o que é que fez. Já reuniu com a GNR ou outras entidades?

-----Vamos agora entrar na época de fogos, eu na primeira reunião que tive aqui, pedi um relatório que a Câmara tivesse feito com as Associações de Bombeiros. Mandaram-me um relatório onde as Associações de Bombeiros não tinham participado. Senhor Presidente, isto é uma total incapacidade de gerir uma reunião política para a vida de um Concelho. Fico por aqui”.

-----Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, Rui Franco**, que começou por cumprimentar todos os presentes e de seguida referiu:





Assembleia Municipal

-----“Acho que estamos a ir pelo caminho mais fácil e nem sempre esse é o mais correcto. Estamos a deixar para segundo plano e por vezes até ausência de plano, os assunto que infelizmente afligem a nossa população e o nosso Concelho e o Deputado António João Lopes está cheio de razão, permitam-me que o diga.

-----Já que foi aqui focado o meu nome à cerca de uma entrevista que eu dei à Rádio Clube de Arganil e não sendo este um assunto que imane do exercício autárquico das partes intervenientes, pelo menos os alvos intervenientes nesta entrevista, mas sim da sua acção política com vista às próximas eleições autárquicas e também pelo que ainda à pouco referi atrás, há assuntos que nos afligem bem mais. Contudo cabe aqui para fechar este assunto aqui, produzir aqui uma citação: “O que nos define não são as nossas qualidades ou os nossos defeito, são as nossas decisões e a nossa atitude”.

-----De seguida e mais uma vez falando aqui do Deputado João Lopes, quero propor que se junte à proposta de louvor às três empresas que enumerou e que estão a trabalhar o produto da terra, local e a produzir riqueza com ele. Porque acho bastante similar, proponho que junte um cidadão de São Martinho da Cortiça, o Senhor Rui Fernandes Lopes, que extrai e transforma Xisto.

-----Com essa pedra permite-se construir e reconstruir edificações e espaços públicos, com o produto original da nossa Serra do Açor e com isso, até recuperar aldeias que estão à nossa vista dentro do Concelho de Arganil. Por tudo proponho que esta empresa se junte a esse voto de louvor.

-----Depois e porque os temas essenciais são esquecidos, o debate ao combate à Desertificação do nosso território no Concelho de Arganil e o interior do país de um modo geral, mas muito em particular o nosso, acabou por morrer tão rápido como quando nasceu numa Assembleia Extraordinária, que aqui se realizou no final do ano passado.

Lamento mas isso acaba por revelar, que nós estamos desalinhados com o essencial, daquilo que são os problemas do nosso Concelho. Esta é uma verdade.

Eu também sou culpado porque também faço parte desta Assembleia, embora não me caiba a mim, tomar de todo essas iniciativas e depois porque na parte da tarde não terei oportunidade, com certeza para intervir sobre o Vinte Cinco de Abril, quero falar aqui sobre o doutor António Pereira Alves.

-----Uma personalidade importante no nosso Concelho, um homem que eu conheço muito bem, foi meu mestre, foi meu professor no ensino secundário, foi de certeza absoluta, está entre os dois ou três mestres que eu mais admiro pela sua competência, pela sua capacidade. Também pela sua capacidade de liderança no Conselho Directivo da Escola Secundária de Arganil, nos diferentes cargos que tem ocupado, nas diferentes Instituições do Concelho e o profundo respeito que eu tenho pelo doutor António e pelo trabalho que ele tem realizado neste país, não poderia deixar de o referir



Assembleia Municipal

agora neste momento e com isso traduzo aqui e nele a minha mensagem do Vinte Cinco de Abril deste ano, pela extraordinária personalidade que está no doutor António Pereira Alves.

----- Para terminar, convido à visita a um site turístico que a Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça lançou no sábado passado. Estamos a criar o alojamento, contudo já podemos visualizá-lo acedendo a um link na página da Junta de Freguesia e com isso perceber que estamos efectivamente a entrar num patamar seguinte, ou seja, que é a rentabilização de todos os investimentos que se têm feito e os que se estão a fazer, para bem da população e para bem dos promotores turísticos, para bem da população de um modo geral e do Concelho e com isso também darmos o contributo à criação da diversidade de oferta turística no nosso Concelho, que viabiliza a criação de pacotes turísticos abrangentes para a família completa e que realmente pode gerar riqueza para o Concelho e isso é também o nosso contributo.

----- Convido-vos a visitar o site e a dar sugestões para a sua melhoria. Lembro quanto mais visitas ele tiver, mais ele vai subindo no ranking e melhores resultados produzirá. Muito obrigado”.

----- Pediu a palavra o **Senhor Deputado Luís Almeida**, “dizer aqui que realmente em ano de eleições autárquicas, está de facto aberta de modo oficial, a época da caça às bruxas, ou seja, eu não posso deixar aqui de condenar o tom acusatório de alguns, felizmente poucos Deputados, e lamentar o aproveitamento político que todo e qualquer situação ou invés de contribuir de modo positivo para o combate de ideias, de soluções, algumas das quais e algumas pessoas em particular se continuam a desconhecer, algumas também segundo a crítica, pela crítica, parece ser o oxigénio que vai alimentando a sua participação cívica.

----- Dizer que hoje celebramos Abril, celebramos a Liberdade. A Liberdade que é de todos e não apenas de alguns, porque ninguém está acima de ninguém, eu não sou um filho de Abril, sou um filho do pós Abril, mas considero que a Liberdade foi um direito, com o qual eu felizmente já nasci como um dado adquirido outros nem tanto, tiveram que lutar e muito por eles e pelos seus direitos, mas a Liberdade é de todos e não apenas de alguns como reiteradamente aqui temos vindo a assistir e curiosamente ou não parece que atinge o seu expoente máximo no dia de hoje, a cada ano que passa.

----- Por último, um contributo, julgo eu positivo da minha parte, apelar a serenidade de todos, para que de uma forma construtiva e séria possamos debater os verdadeiros interesses para o Concelho, porque é aquilo que pelo qual os nossos eleitores, os arganilenses, de nós esperam e em nós confiaram. Muito obrigado”.



Assembleia Municipal

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado Fernando Vale**, para proferir, “Senhor Deputado Luís Almeida, em primeiro lugar, eu não intervenho porque me mandam e em segundo lugar, eu queria-lhe perguntar se acha normal que um Presidente de Junta refira numa entrevista aquilo que referiu, que implica dois membros do Executivo que o seu Partido apoia e que nada se diga aqui.

----- Eu quero-lhe perguntar se acha isto normal? Se acha normal que se instrumentalize uma Instituição nobre do nosso Conselho, prometendo cargos e que aqui nada se diga.

----- Eu gostaria de perguntar se acha isto normal?

----- Eu não acho isto normal eu acho isto grave e ninguém diz nada. O silêncio diz tudo, volto a repetir”.

----- Pediu a palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João Travassos**, para dizer, “eu queria fazer aqui uma intervenção relativamente aos Louvores que estão a ser propostos às empresas, com todo o respeito e serão merecedoras disso, mas as outras que militam no Concelho há décadas e décadas e que foram os grandes empregadores a seguir ao Vinte Cinco de Abril?

----- Eu acho que todas as empresas de Arganil devem ser incluídas nestes louvores. E o senhor Hélio Sapateiro, o tio Zé Maria do paço? Todas estas pessoas foram gentes que marcaram Arganil e contribuíram para a economia de Arganil.

----- Eu acho que estar a diferenciar duas ou três empresas, com todo o respeito e com todo o mérito que tenham e algum até reconhecimento, na minha opinião não me parece correcto por estar a fazer distinções deste género.

----- Devem-se reconhecer todas ou então...

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Ricardo Pereira Alves**, para responder às questões colocadas.

----- “Relativamente à questão da toponímia que foi abordada pelos Senhores Deputados Fernando Vale e Eugénio Fróis, gostaria de recordar ao Senhor Deputado Eugénio Fróis que esta decisão da Assembleia de Freguesia é de seis de Junho de dois mil e treze. Diz respeito ao mandato anterior.

----- Esta minha intervenção não tem qualquer espírito acusatório, uma vez que já assumi, que eu próprio já votei esta deliberação na Câmara mais os Senhores Vereadores. Portanto reforçar mais uma vez que estamos absolutamente disponíveis e uma vez que já percebemos que vai haver um pedido à Câmara para reavaliar o processo, estamos disponíveis para o reavaliar, cumprindo todos os passos procedimentais. Comissão de Toponímia, parecer da Junta de Freguesia e depois a decisão Camarária.



Assembleia Municipal

----- Senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva há de facto algum tipo de intervenções, que não merecem resposta. Aplicar-se-ia aqui o ditado popular, *“Bem o prega Frei Tomás, ouve o que ele diz, não faças o que ele faz”*.

----- Poderia até dizer que não faço convites para as próximas autárquicas, mas poderia dizer que jamais lhe faria um convite, porque nunca o apoiei como o povo de Coja nunca o apoiou para a função que exerce, mas remato e penso que essa é a melhor resposta à sua intervenção:

----- Francisco Sá Carneiro dizia que a política sem um certo prazer pelo risco é uma chatice; sem ética e sem moral é uma vergonha.

----- Senhor Deputado António João Lopes, trouxe aqui um tema importante, que é o tema dos assaltos. Queria informar que já tive ocasião de reunir com a GNR e pedir um reforço da vigilância, sobretudo naquela zona de Vinhó a que se referiu. De facto o aumento de situações de assalto tem-nos preocupado e naturalmente que estamos a procurar em conjunto com a GNR, encontrar mediadas que minimizem este problema.

----- Queria felicitar o senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, pelo site de divulgação Turística da Freguesia.

----- É naturalmente uma mais-valia, julgo que é o caminho, apostarmos no turismo e valorizar aquilo que temos de melhor.

----- Queria também, embora não esteja aqui nesse papel, mas queria agradecer-lhe as suas palavras sobre o meu pai e aproveitar também esta ocasião para agradecer aos Senhores Vereadores Miguel Ventura e João Pimentel, porque foram eles os autores da proposta desta distinção, ao Senhor Vice-presidente e às Senhoras Vereadoras e ao Senhor Vereador.

----- Naturalmente que não participei na votação em que foi decidido pela Câmara Municipal fazer esta distinção, mas queria naturalmente agradecer a todos esse vosso gesto que tanto nos sensibiliza e tanto sensibiliza o meu pai.

----- Apenas uma nota em relação à intervenção do Senhor Deputado Fernando Vale. Há algo que não posso deixar passar, nunca, em nenhuma circunstância, a Câmara Municipal que tenho a honra de presidir desde dois mil e cinco, procurou instrumentalizar qualquer tipo de instituição, nem nunca nenhum dos membros que compuseram os diferentes Executivos da Câmara Municipal, procurou servir-se de qualquer instituição para ser trampolim para qualquer outra coisa. Não sei se todos poderão- fazer esta afirmação. Muito obrigado Senhor Presidente”.



Assembleia Municipal

## ORDEM DO DIA

### 1) – **Discussão e votação dos documentos de prestação de contas relativos ao período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016.** -----

Foi dada a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara Luís Paulo Costa**, que começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa do S e de seguida usou da palavra para fazer os esclarecimentos relativos ao ponto número um da Ordem do Dia.

“Eu vou apenas referir os principais aspectos, aqueles que são mesmo quase indicadores relacionados com as contas de dois mil e dezasseis.

Referir em relação à Certificação de Contas que a Sociedade Revisores Oficiais de Contas emitiu a competente certificação, regista-se a mesma reserva que já é habitual e que está relacionada com a avaliação do imobilizado.

Ao nível dos recursos humanos o ano de dois mil e dezasseis terminou com 187 colaboradores ao serviço da autarquia, tal como também habitualmente costumamos fazer, uma das matérias que assume aqui particular acutilância é a do absentismo. No ano de dois mil e dezasseis, a taxa de absentismo, ou seja, a percentagem dos ausentes por motivo de doença face àquilo que foram os números totais do absentismo representaram cerca de 57%.

Vale a pena também aqui relembra porque é também um aspecto que está reportado de uma forma mais clara na página oito, do Relatório de Gestão, mas vale a pena aqui recordar, que há um conjunto de custos relacionados com os trabalhadores que são assumidos pelas autarquias, contrariamente àquilo que acontece com as entidades privadas, uma vez que as contribuições para os subsistemas de previdência, quer seja da Caixa Geral de Aposentações, quer seja da Segurança Social, são precisamente as mesmas do que as contribuições das entidades empregadoras do sector privado, não obstante há um conjunto de encargos, que são suportados pelos Municípios, nomeadamente aqueles que têm a ver com o pessoal integrado na Caixa Geral de Aposentações, custos com abonos de família, subsídio na doença, parentalidade, alguns tipos de pensões.

Significa isto na prática que os trabalhadores das Autarquias, por via dos custos sociais, só por aqui ficam significativamente mais caros do que os custos de trabalho suportados pelas empresas do sector privado.

Passando agora aos indicadores da área financeira, a execução orçamental relacionada com a receita fixou-se nos 67,79%, as receitas correntes com uma execução de 88,86% e a receita de



## Assembleia Municipal

capital de 17,73%. Ao nível da despesa, a execução fixou-se nos 61,29% sendo repartida entre 85,35% de execução nas despesas correntes e 37,45% de execução nas despesas de capital.

Um outro aspecto que também é muito significativo porque demonstra a aposta que existe na parceria com as Juntas de Freguesia, está relacionado com os recursos transferidos para estas mesmas entidades e eles estão relacionados com delegações de competências, com adendas às delegações de competências, com contratos-programa e outros apoios e também com a afetação de pessoal.

Estas transferências para as Juntas de Freguesia no ano de dois mil e dezasseis atingiram cerca de novecentos e trinta mil euros.

No Relatório de Gestão é também feita uma referência à aplicação do Fundo Social Municipal. Como sabem trata-se de um pacote financeiro que é transferido por via do Orçamento de Estado e que tem que ser aplicado precisamente nas áreas sociais e aquilo que está também demonstrado no Relatório de Gestão é que de facto o Fundo Social Municipal é integralmente absorvido na área da educação, sendo que nesta mesma área o próprio orçamento do Município também financia com cerca de trezentos mil euros.

Quase mesmo a terminar esta questão da situação financeira, dizer que o saldo de gerência para o ano seguinte, ao nível das operações orçamentais, quase que atinge um milhão, duzentos e sessenta mil euros, ao nível das operações de tesouraria está muito próximo dos trezentos e noventa mil euros.

Em termos também de um indicador que habitualmente aqui apreciamos, o do endividamento líquido, fechamos o ano de dois mil e dezasseis com o endividamento líquido mais baixo desde que há registo deste indicador. Cerca de quatrocentos e vinte e um mil euros, sendo que este valor, reflete por um lado o impacto da dívida à ADSE, do período de mil novecentos e setenta e oito a dois mil e cinco e que acerca de um ano e meio foi reconhecida nas contas da Autarquia por via de uma recomendação do Tribunal de Contas, bem como a contribuição para o fundo de apoio municipal.

Se não fossem estas duas situações, neste momento ao nível do endividamento líquido, teríamos já uma situação excedentária.

Ao nível do indicador da dívida orçamental, o ano de dois mil e dezasseis também fechou com um dos valores mais baixos, desde que há contabilidade organizada, com base no POCAL, cerca de três milhões e oitocentos mil euros.

Em termos dos principais indicadores, eram estes que tinha para realçar e sublinhar.

Permitam-me apenas que faça a apresentação de uma matéria relacionada com o ponto seguinte, que é a aplicação do resultado líquido do exercício, que em dois mil e dezasseis se fixou nos quinhentos e quatro mil, seiscentos e noventa e seis euros e cinco cêntimos.



Assembleia Municipal

Cumprindo aquilo que está previsto legalmente, o que se propõe é que 5% deste valor sejam transferidos para reservas legais e o remanescente, que atinge o valor de quatrocentos e setenta e nove mil e quatrocentos e sessenta e um euros e vinte cinco cêntimos, seja para reforço de patrimónios.

Estes eram os principais indicadores que tinha para aqui destacar. Obrigado”.

Pedi a palavra o **Senhor Deputado Fernando Vale**, para dizer:

“Relativamente ao Relatório de Gestão referente ao ano de dois mil e dezasseis, eu gostaria de perguntar se o quadro que está patente no ponto 3.4 Recrutamento e seleção, gostaria de perguntar como é que estão os procedimentos concursais, se já estão concluídos ou não.

Se já estiverem concluídos, eu gostaria de ao abrigo do artigo 31º do Regimento da Assembleia Municipal de Arganil, apresentar um requerimento oral, com o nome das pessoas que ocuparam estes vinte e três postos de trabalho, colocados a concurso.

Relativamente a uma afirmação, na página dezoito, no ponto 4.1 é referido que a taxa de execução orçamental global, de cerca de 68.66% verificada na óptica do compromisso, demonstra que do total da despesa que inicialmente a Autarquia se tinha proposto a realizar, parte estava efetivamente em fase de finalização ou a decorrer à data de 31-12-2016. Depois refere, devido à redução das transferências comunitárias e das transferências do Orçamento de Estado, que ao contrário do que era expectável, não têm acompanhado o esforço da Autarquia.

Mas depois na página vinte e sete e na página vinte e oito nos quadros que estão aí patentes, constatamos que as transferências do Estado aumentaram de dois mil e quinze para dois mil e dezasseis.

Na página vinte e oito diz assim: receita de capital cobrada no exercício de dois mil e dezasseis totalizou o valor de um milhão, vinte e um mil, trezentos e quatro euros a que corresponde um aumento de cinquenta mil, setecentos e quinze euros, face ao ano de dois mil e quinze. Os aumentos ocorreram nas rubricas do FEF, nas transferências de projectos cofinanciados e nas outras receitas de capital.

Parece que há aqui uma discrepância entre uma afirmação e outra. Ainda na página vinte e nove onde refere a rubrica Rendimentos de Propriedade, totalizou a importância de um milhão, cento e nove mil cento e oitenta e três euros, tendo sido registado nesta rubrica, entre outras as seguintes receitas:

A renda relativa à concessão do património da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão; e as Rendas das Eólicas.



Assembleia Municipal

Eu gostaria de saber que desagregassem estes valores para se saber, quais os rendimentos relativos a cada uma destas rubricas.

Depois relativamente à execução das GOP, constata-se mais uma vez que aquilo que disse o ano passado, quando foi apresentado o orçamento para dois mil e quinze, que o Orçamento de Estado estava empolado e que era fictício.

Realmente a execução aqui patente, demonstra isso mesmo, uma vez que há uma execução de, não chega a 63% do Orçamento, pelo que, podemos tirar as elações que retirámos quando criticámos as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de dois mil e dezasseis.

E quando vamos analisar as rubricas e o nível de execução dos programas, verificamos que os programas que têm maior taxa de execução são o desporto, o recreio e o lazer com 96,66% é ótimo, a indústria e energia e aproveitava para saber quais foram os terrenos que foram adquiridos pela Câmara Municipal de Arganil, os transportes rodoviários 77,96% e o turismo.

O turismo resume-se a festas e aí sem dúvida que há aqui uma grande taxa de execução. Nas festas, realmente o Município é muito bom em executar o programa das festas, realiza-o quase na sua plenitude.

Depois temos aqui programas que são fundamentais para o desenvolvimento social e económico do Concelho, que têm taxas de execução baixíssimas como a saúde 31,29%, ação social com 24,35%, o ordenamento de território 46,05% saneamento com 44,93%, o abastecimento de água com 28,59% e a cultura, deixem-me realçar o aspecto da cultura, com uma taxa de execução 13,42%.

E através da execução dos programas constantes na execução, nós ficamos com a clara ideia de quais são as prioridades do Município.

As prioridades do Município são festas e tiro o chapéu porque realmente no desporto, recreio e lazer, tem uma taxa de execução de 96,66%, mas de resto é muito pobre e muito pouco, para o desenvolvimento que todos nós ambicionamos para o Concelho de Arganil”.

Teve a palavra a **Senhora Deputada Arménia Coimbra** que proferiu, “eu gostaria que o Senhor Vice-presidente, uma vez que está em tirocinio, explica-se a sua primeira referência que fez na sua intervenção relativamente à certificação legal das contas.

Também eu me interroguei porque é que estas contas estão certificadas, mas com reserva, designadamente quanto à identificação e à inventariação e valorização dos bens móveis e imóveis.

É claro que se eu consultar o documento anexo às demonstrações financeiras, página oito e vinte cinco, salvo erro, eu encontro uma explicação, mas não é uma justificação.





Assembleia Municipal

Porque nessa explicação é-me dito que o activo imobilizado foi valorizado ao custo de aquisição e ao custo de produção por técnicos da Autarquia. Nos casos em que tal avaliação não é possível ou não, foi considerado esse apoio patrimonial.

Eu penso que esta certificação com esta reserva tem algumas consequências ou não terá e estarei eu a não interpretar bem, por isso lhe pedi a explicação. Porque na evolução do investimento e nos quadros que me são apresentados no relatório de gestão, eu só fico com a evolução a partir da actual presidência do doutor Ricardo Pereira Alves, ou seja de dois mil e cinco para cá. Parece-me que para trás, não é possível fazer esta avaliação, porque não existe valores de aquisição.

Mas então nós estamos aqui numa total ausência de consideração de bens, do domínio público da autarquia, até dois mil e cinco?

Pretendia se fosse possível que justifica-se, porque explicado está nos documentos página setenta e sete de oitenta e nove, do Relatório de Gestão. Está aí a evolução do investimento, mas só de dois mil e quatro até agora e esta evolução do investimento é importante ter-se conhecimento quanto aos edifícios, quanto aos terrenos e aos recursos.

O que me causa alguma apreensão é esta certificação vir nos dois itens sempre opinião com reservas / bases com opinião para estas reservas”.

Usou da palavra o **Senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís de Moura**.

“Reconhecendo alguma impreparação para analisar estes documentos pela sua extensão e pelo carácter técnico com que são elaborados, realça para mim aqui uma situação que foi um compromisso do Senhor Vice-presidente da Câmara no ano passado, na análise das contas de dois mil e quinze, que iria apresentar no decurso deste ano que findou, uma avaliação que nos permita perceber, até que ponto é que a Cerâmica é um custo ou uma mais-valia para o Concelho.

Tentei apurar esses valores dentro daqueles documentos que nos foram facultados, mas reconheço que não encontrei talvez por desconhecimento, mas gostaria de questionar o Senhor Vice-presidente em particular, uma vez que foi ele que assumiu esse compromisso, se esse documento consta no relatório e onde é que eu o posso consultar. Não estou aqui a por em causa a mais-valia ou menos valia daquela obra, porque sei que é um dogma e é uma obra de regime, mas que é uma obra que também no fundo é o espelho do nosso Concelho, mas gostaria de saber, até que ponto é que essa infraestrutura, qual é o peso que ela tem nas contas do nosso Concelho e que nos permita perceber, onde é que esses valores são diluídos para que se perceba. Eu reconheço, que provavelmente o desconhecimento é meu, mas gostaria que o Senhor Vice-presidente nos facultasse esse documento. Muito obrigado”.



Assembleia Municipal

Teve a palavra o **Senhor Deputado António João Lopes**. -----

“Na descrição que ouvi falou-se em 170 trabalhadores, mas tenho impressão que no ano anterior era 270. Isto significa que há 100 trabalhadores temporários, a recibo verde que não são funcionários ou é erro meu? -----

Outro aspecto é dizer-se que o sector privado é mais barato do que os trabalhadores da Câmara. Isto põe em questão a gestão da Câmara, os gestores da Câmara é que têm que olhar para estes assuntos. É evidente que também há aqui um aspecto em que normalmente os privados não têm qualificação que têm os funcionários da Câmara, por isso também têm salários diferentes.-----

Em relação a este problema, gostava de ouvir a opinião de quem tenha alguns dados. Obrigado”.

Foi dada a palavra ao **Senhor Vice presidente da Câmara Municipal, Luís Paulo Costa**, para fazer esclarecimentos solicitados. -----

“Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Fernando Vale, no que se refere aos concurso que estão a decorrer ou concluídos, todas esta informação actualmente está disponível no site da Autarquia, mas podemos facilmente fazer a respectiva recolha e facultar em suporte papel.

Quanto á referência que fez e que está relacionada com a redução das transferências há aqui uma gralha naquilo que tem a ver com a redução das transferências do Orçamento de Estado, embora ainda não tenha havido uma reposição da capacidade que existia, particularmente em dois mil e cinco, mas no Orçamento para este ano está considerada uma ligeira actualização daquilo que eram os valores que estavam a ser considerados. Nesta matéria das transferências do Orçamento de Estado, não se verificou qualquer redução. -----

Relativamente à outra questão que colocou relacionada com a distribuição das rendas entre a concessão da rede eléctrica em baixa tensão e rendas eólicas, isto anda de grosso modo, são cerca de seiscentos mil euros relativos à concessão da rede eléctrica e um pouco mais de quinhentos mil relacionados com as rendas das eólicas. -----

Em relação às taxas de execução, não vou opinar, apenas verificar que no período que vem desde dois mil e três em relação a esta matéria, as nossas taxas de execução não são de envergonhar. Naturalmente que gostaríamos de ter taxas de execução superiores, mas também a razão pela qual isso não se verifica, tem a ver com os atrasos na regulamentação dos Fundos Comunitários e naturalmente nas consequências que tem a nível do acesso a estes financiamentos. -----



Assembleia Municipal

Na questão relacionada com os terrenos adquiridos, estes estão relacionados com a infraestrutura que há pouco foi referida, ou seja com a nova estação de tratamento de água do feijoa. -----

Houve necessidade de adquirir mais terrenos junto à Eta já existente e portanto, tem a ver com três parcelas que foram adquiridas e está relacionado com terrenos adquiridos no local onde será construído o novo reservatório de Arganil. -----

Será um reservatório com capacidade de cerca de mil metros cúbicos de água. -----

Em relação à questão colocada pela Senhora Deputada Arménia Coimbra, esta questão da reserva e vale a pena fazermos o histórico disto, o Município de Arganil em relação à Certificação de Contas e digo isto com algum orgulho, foi o primeiro Município do país a implementar a Certificação de Contas, antes mesmo de ela ser obrigatória por via de determinação legal. -----

Quando assumimos funções em dois mil e cinco, foi um acto e uma prática que imediatamente instituímos e fizemo-lo com uma perspectiva pedagógica, até porque o ponto de partida ultrapassava cerca de vinte reservas em relação às contas que eram prestadas à Assembleia Municipal. -----

Esta persiste mas gostava de tentar explicar porque é que ela acontece e quais é que são as consequências, que foi também uma questão objectiva que colocou. -----

Esta reserva persiste porque como compreenderão, o Município é detentor de um conjunto de bens patrimoniais muito diverso, alguns dos quais com grande antiguidade e não é fácil fazer avaliações de estradas de terra batida, de redes de água que em alguns casos têm quarenta anos, não é fácil fazer avaliação de um conjunto de bens patrimoniais do Município, que de facto integrando o imobilizado da Autarquia, não foi possível ainda fazer a respectiva avaliação. -----

A regra que citou é uma regra legal, quando não é possível saber quanto é que custou um determinado terreno há cinquenta anos ou setenta anos, ou quando não é possível determinar quanto é que custou uma estrada executada à trinta anos, aquilo que está determinado do ponto de vista legal, é que na ausência de critério o imóvel assume o valor da primeira grande reparação, que tenha lugar. -----

Isto acontece no caso de uma pavimentação ou repavimentação de uma nova estrada ou de uma estrada pré existente, em que essa pavimentação vai de facto, definir depois o valor do próprio bem.

Em termos de consequências e por isso também é que este aspecto é estritamente técnico, que se fosse numa empresa teria o seu impacto, mas numa entidade pública não tem, isto tem a ver com o seguinte e permitam-me que dê um exemplo simples: quando adquirimos uma viatura, aquilo que está determinado do ponto de vista do regime das depreciações, por prática é que ela deprecia em quatro anos. Significa que se compramos uma viatura admitindo por simplicidade de exercício, adquirimos uma viatura por dez mil e ela deprecia 25% ao ano, significa que deste valor, dois mil e quinhentos euros por ano vão ser considerados como custo da actividade. -----



Assembleia Municipal

Onde é que seria objectivamente a consequência de uma maior avaliação de património? Teria a ver precisamente com os custos relacionados com as depreciações contabilísticas, que naturalmente teriam um impacto no que tem a ver com o resultado líquido. Provavelmente aumentaria no balanço aquilo que era o valor do imobilizado, se fizéssemos e tivéssemos oportunidade de concluir essa avaliação e ao mesmo tempo, como as depreciações contabilísticas também aumentariam de valor, significaria que o resultado líquido também teria impacto desta mesma circunstância. -----

Do ponto de vista da segurança jurídica, do ponto de vista do regime financeiro da Autarquia, não há nenhuma consequência e também devo dizer que se houver uma entidade com carácter municipal, particularmente o Município, que na Certificação de Contas, não regista esta reserva, pessoalmente e do ponto de vista técnico, acharei e considerarei muito curioso. -----

Em relação à solicitação que fez da evolução do investimento é de facto o indicador que se pode recolher com alguma facilidade desde dois mil e dois, foi o ano em que foi implementado nos Municípios, o plano oficial de contabilidade conforme o conhecemos actualmente e portanto pelo menos, desde essa data será possível recolher essa informação e cuidaremos de a obter entranto.

Passando agora à solicitação efectuada pelo Senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, no que está relacionado com o ano de dois mil e quinze, este exercício que solicita, foi oportunamente apresentado no Executivo Municipal, naturalmente que não existe qualquer problema em lhe facultar esta informação ou facultar à Assembleia e traremos cá esta informação também, na próxima Assembleia Municipal. -----

Em relação ao exercício de dois mil e dezasseis, essa especialização ainda não está concluída.

Quanto às questões que o Senhor Deputado António Lopes colocou, a questão dos cento e trinta trabalhadores, não é uma questão objectiva. Eu pelo menos se não foi o número que referi, foi aquele que pensei e que está reportado nos documentos, são cento e oitenta e sete, os colaboradores que tínhamos na Autarquia no final de dois mil e dezasseis. -----

Quanto à questão que colocou, dos trabalhadores ficarem mais caros ou mais baratos no sector público ou no sector privado. Em relação às autarquias e permitam-me que dê um exemplo porque torna esta situação muito fácil de perceber, como sabem, acontece com regularidade até superior àquela que seria desejável, mas faz parte do género humano, que ocorram doenças e em algumas circunstâncias, doenças muito graves. -----

Tratar doenças muito graves, como é óbvio custa muito dinheiro e ainda há pouco tempo, no mês de Março, a Autarquia foi surpreendida com a conta de tratamentos de um trabalhador operacional, cujo valor ultrapassou os vinte cinco mil euros. -----

Isto são custos de tratamento e serve apenas este exemplo para ilustrar que estes custos de tratamento médico, apenas de um único trabalhador, são suportados pela Autarquia. Se se tratasse



Assembleia Municipal

de um trabalhador privado, a responsabilidade da empresa terminaria na contribuição para a segurança social e dos respectivos impostos.-----

No caso das Autarquias, todos estes custos têm que ser suportados pelo Orçamento Municipal. É por esta circunstância e por este conjunto de eventualidades que do ponto de vista objectivo e apenas pela questão dos custos relacionados com a previdência e com a assistência e assume particular acutilância até nos trabalhadores operacionais, os custos suportados pelos Municípios, são de facto muito superiores aos custos que são suportados pelas empresas do sector privado. Obrigado”. -----

Pedi a palavra o **Senhor Deputado Fernando Vale**, que referiu, “peço desculpa porque me esqueci de realizar uma pergunta, referente ao quadro que está patente na página trinta e oito do Relatório de Gestão.

No relatório é referido que as despesas com pessoal diminuíram e têm vindo a diminuir, mas constata-se que as remunerações certas e permanentes aumentaram. Gostaria de perguntar qual a razão.

Outra questão é referente ao material de consumo clínico que tem aqui um aumento muito elevado, de 1043%. Também gostaria de saber qual é a razão para esta discrepância, relativamente ao ano de dois mil e quinze.

O mesmo referente a prémios, condecorações e ofertas e a outros trabalhos especializados, o que é que isto constitui. Obrigado”.

Foi dada a palavra ao Executivo, na pessoa do **Senhor Vice-presidente, Luís Paulo Costa**, para responder às questões colocadas.

“Relativamente a estas questões apresentadas pelo Senhor Deputado Fernando Vale, dizer que em relação aos custos com o pessoal, este aumento resulta da reposição que foi introduzida no ano de dois mil e dezasseis. Da reposição de rendimentos na administração pública o que significa que o Município passou, como as restantes entidades publicas, passou a assumir esta nova situação e que implicou um aumento de remunerações suportadas.

Quanto ao material de consumo clínico, embora não tenha aqui naturalmente a desagregação, ele estará essencialmente relacionado com o funcionamento do centro de recolha animal, particularmente ao nível dos serviços de veterinária.

Ao nível dos trabalhos especializados, dando alguns exemplos, ao nível da assistência técnica que existe a nível de exploração da estação de tratamento de água do Feijoal, estão também incluídas as análises à água e ao saneamento, que são obrigatórias por via legal, está incluída a medicina no trabalho. É um conjunto de serviços especializados que são suportados pela Autarquia.



Assembleia Municipal

Em relação aos prémios, condecorações e ofertas, provavelmente estarão aqui incluídos os custos relacionados com as distinções atribuídas no feriado municipal, nomeadamente a aquisição das respectivas medalhas. Esta terá sido a situação que mais terá pesado no aumento desta rubrica.

De qualquer maneira, em relação a esta informação em concreto, que agora lhe estou a dar, não consigo precisar a respectiva amplitude. Se tiver interesse, naturalmente não temos qualquer problema em recolher esta informação”.

Após feitos todos os esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia, Avelino Pedroso**, colocou à votação o ponto número um, tendo sido aprovado por maioria, com oito votos contra, da Senhora Deputada Arménia Coimbra, do Senhor Deputado Eugénio Fróis, do Senhor Deputado António Simões, da Senhora Deputada Cristina Figueiredo, do Senhor Deputado Fernando Vale, do Senhor Deputado Patrick Dias da Cunha, da Senhora Deputada Rita Gonçalves e do Senhor Deputado António João Lopes. -----

Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

Pedi a palavra o **Senhor Deputado António João Lopes**, para fazer uma declaração de voto.

“Eu quero declarar que votei contra, porque continua a não se cumprir a lei, em que eu pedi para ver documentos de acordo com a lei instituída portuguesa, a partir de uma directiva comunitária.

Desde a Áustria até Portugal essa lei vigora, em Arganil ainda não chegou, por isso voto contra”.

Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, para colocar uma questão ao Executivo Camarário.

“Antes de prosseguirmos gostaria de fazer uma pergunta ao Executivo Camarário. Há alguma objecção ou algum impedimento, que algum dos Senhores Deputados, consulte os documentos do exercício de contas do Município?

Foi dada a palavra ao Executivo, na pessoa do **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves**, para responder à questão colocada.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Ricardo Pereira Alves respondeu que “Não”



Assembleia Municipal

Pedi a palavra o **Senhor Deputado António João Lopes**, para dizer: “Eu tenho dois requerimentos nestes três anos, já cá vim à Câmara três ou quatro vezes e dizem-me que não há nada para ver, não posso ver nada. Agora o Executivo disse o quê?”

Usou da palavra o **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves**, para responder. “Esta questão é recorrente e eu francamente já não consigo ter imaginação de como é que devo responder ao Senhor Deputado António João Lopes.

Mas todos os documentos relativos às prestações de contas são distribuídos aos membros da Assembleia Municipal e que estão aqui.

Se quiser ver algo mais relativamente a isso, normalmente isso é tarefa dos auditores, mas teremos todo o gosto em lhe mostrar tudo. Agora o que não é exequível é fotocopiar todos os documentos de despesa, da Câmara Municipal do exercício de dois mil e dezasseis ou de qualquer exercício, porque são dezenas de milhares ou talvez até, mais de uma centena de milhares de documentos.

Se pretender ver requisições, faturas, recibos, o Senhor Deputado está à vontade, as portas da Câmara estão abertas para consultar o que quiser e isso já lhe foi dito várias vezes. O Senhor persiste em dizer que não, já não tenho mais imaginação para explicar esta situação”.

## 2) **Discussão e votação da proposta da aplicação do resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2016.** -----

Usou da palavra o **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves**, apenas para referir: “A proposta integra os documentos e respeita aquilo que são as orientações legais”.

Após a explicação do Senhor Presidente da Câmara e não havendo pedidos para intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação o ponto número dois, tendo sido aprovado por maioria, com uma abstenção do Senhor Deputado Patrick Dias da Cunha. -----

Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----



Assembleia Municipal

**3) Discussão do relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro. ----**

Não houve pedidos para intervir. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

**4)-----Discussão e votação da Adenda ao Contrato-programa nº8/2017 celebrado com a Freguesia de São Martinho da Cortiça. -----**

-----Pedi a palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, Rui Franco.**

“Queria só informar a Assembleia, de que esta alteração ao contrato-programa tem a ver com o custo de uma das obras prevista, ultrapassar o valor máximo permitido para a adjudicação de obra num formato simplificado, portanto obrigaria a um concurso público. Dada a inexistência de meios na Junta de Freguesia para conduzir esse concurso público, solicitámos à Câmara Municipal que ele fosse retirado do Contrato-programa, sendo depois criada outra solução para a construção do muro pela Câmara Municipal. Muito obrigado”.

----- Após feitos todos os esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação o ponto número quatro da Ordem do dia, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

**5)----- Discussão e votação da Celebração de Contrato-programa com as Freguesias de Pomares, Pombeiro da Beira, S. Martinho da Cortiça, Secarias e União de Freguesias de Coja e Barril de Alva, no apoio financeiro para a comparticipação na execução de diversos trabalhos nas diversas Freguesias. -----**

-----Pedi a palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, Rui Franco**, para dizer: “Só para dar aqui um destaque interessante sobre uma das intervenções





Assembleia Municipal

deste Contrato-programa e como podem ver, com pouco investimento, por vezes conseguimos resolver problemas graves.

----- Existia na aldeia das Pombeiras um problema de saúde pública, esgotos a céu aberto e a Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, como tem priorizado o tratamento e a resolução desse tipo de problemas ambientais, decidiu usar esta verba e esta forma de adquirir verba para fazer obra, para a aplicar nesta finalidade.

----- Gostava de fazer só este alerta, para que fique bem claro que São Martinho da Cortiça está empenhadíssimo na preservação do ambiente e na melhoria da qualidade de vida da sua população”.

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís de Moura**, apenas para fazer um pequeno esclarecimento.

----- “A Junta de Freguesia apresentou três medidas para o Contrato-programa desta segunda fase, que se resumia à pavimentação de uma rua no Barril de Alva, melhorias na Praça Dr. Alberto Vale e apoio ao turismo. Deste valor era um terço para cada uma destas alíneas e em conversa posterior com o Senhor Presidente da Câmara, chegámos a um consenso de que apenas duas poderiam ser aprovadas, uma vez que ultrapassavam o valor previsto pela Câmara Municipal para os Contratos-programa a subscrever com a Junta de Freguesia de Coja e Barril de Alva.

----- Contrariamente àquilo que é um princípio e que nós mantivemos no ano anterior, acabámos por aceitar e retirar do Contrato-programa as melhorias da obra da praça, sabendo nós que seria uma mais-valia para Coja e para o Concelho, em favor do apoio ao turismo e substituindo-se à Câmara Municipal no apoio ao Festival Músicas de Verão e à FAVA e que espero que ainda venha a ser corrigido porque há dados novos e há disponibilidades da Câmara Municipal e apoiar este tipo de actividades e não faz sentido que seja apenas uma Junta de Freguesia, a balancear-se a um evento desta dimensão, cujo resultados será para todos e especialmente para o Concelho.

----- Feito este esclarecimento, apenas uma referência à inexistência ainda dos protocolos de manutenção silvícola preventiva, que é importante para a manutenção da limpeza, dos arruamentos das Freguesias e este apoio dos Municípios é fundamental.

Não sei se aqui há alguma lacuna ou se há alguma intenção da Câmara Municipal em que este ano não haja apoios para as Juntas de Freguesia.

----- Após este esclarecimento, aguardo que a Câmara Municipal ainda em tempo, venha a decidir-se pelo apoio às actividades de Coja, sem ser recorrente o assunto, porque acho que é de inteira justiça a análise deste assunto. Muito Obrigado”.



Assembleia Municipal

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado António Lopes**, apenas para fazer uma pergunta.

“Esses valores são significativamente altos? Como é que foram obtidos, foi concurso anterior, é calculo administrativo, é orçamento, isto chega ou não e se não chegar como é que é suprida a falta? Obrigado”.

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Ricardo Pereira Alves**, para responder às questões colocadas.

----- “Relativamente a esta questão do Senhor Deputado António João Lopes dizer que todos os anos a Câmara inscreve no seu Orçamento e nas Grandes Opções do Plano, uma verba destinada aos Contratos-programa.

----- Existem duas fases de candidatura, as Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia candidatam-se, fazemos as avaliações das candidaturas e fazemos o exercício com base naquilo que também é a disponibilidade orçamental.

----- Gostava só de acrescentar e na sequência da intervenção do Senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, dizer que o apoio às actividades culturais e turísticas de promoção, também da marca Portas do Açor, está contemplado neste contrato-programa conforme pode ser visto nos documentos que foram distribuídos aos Senhores Membros da Assembleia Municipal e na sua intervenção, acabou de dizer que a Câmara através deste Contrato-programa apoia o evento Músicas de Verão. Muito obrigado Senhor Presidente”.

----- Após feitos todos os esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, colocou o ponto número cinco a votação, tendo sido aprovado por maioria com uma abstenção do Senhor Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

**6)----- Discussão e votação da proposta de reconhecimento de Interesse Público da abertura do caminho florestal sito à Albufeira da Barragem das Fronhas. -----**

----- Pediu a palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, Rui Franco**.



Assembleia Municipal

-----“Intervenho porque dada a singularidade e também a semelhança com São Martinho da Cortiça e Pombeiro da Beira, que derivam da albufeira e da construção da barragem, este é um assunto pertinente. -----

-----A Freguesia de São Martinho da Cortiça em anos anteriores e com a colaboração da Câmara Municipal abriu vários caminhos florestais, com uma tangente à cota máxima da albufeira, ligando todos os caminhos florestais que terminavam sem saída na albufeira, porque a quando da construção da barragem, estes problemas não foram acautelados, as pessoas tiveram que abandonar as propriedades, ficando com os terrenos na impossibilidade de lhes aceder e de retirar daí algum proveito por um lado, por outro lado o perigo que isso representa a quando de combates a incêndios, de as viaturas de bombeiros entrarem na água sem poderem fazer inversão de marcha.-----

-----Quero dizer que é oportuno e há necessidade de fazer mais obras neste sentido. À cota máxima da albufeira fazer um perímetro tanto na margem de Pombeiro da Beira como na margem de São Martinho da Cortiça, terminar esse perímetro que garante a segurança das pessoas e também vai facilitar o aproveitamento e a rentabilidade dos solos dos terrenos dos proprietários e também do aproveitamento turístico do espaço. -----

-----Lembro que da parte de São Martinho da Cortiça falta essencialmente, terminar a ligação entre Saíl e Vale de Espinho, neste seguimento da estrada que tinha sido aberta antes. Interessa também, lembrar a Câmara Municipal, da necessidade de considerar também a conclusão desse caminho florestal e solicitar também interesse público para essa intervenção e assim começarmos a concluir a resolução de um problema que herdámos de à vários anos atrás e que erradamente na altura não foram acautelados. Obrigado”. -----

-----Após feitos todos os esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, colocou o ponto número seis a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. ----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

**7)-----Discussão e votação da proposta de reconhecimento de Interesse Público da pedreira, sita ao Tojo, Freguesia de Piódão, de Rui Fernandes Lopes. -----**

-----Após feitos todos os esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, colocou o ponto número sete a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. ----



Assembleia Municipal

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

**8)----- Discussão e votação da proposta de autorização prévia para a abertura do procedimento e autorização prévia para a assunção do respetivo compromisso plurianual – Concurso Público Internacional para fornecimento de energia eléctrica (MT; BTE e BTN) para as diversas instalações do Município pelo período de 36 meses. -----**

----- Foi dada a apalavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Pereira Alves**, para fazer um pequeno esclarecimento. -----

----- “Em semelhança do que já tem acontecido, a Câmara prepara-se para abrir o concurso público internacional, para o fornecimento de energia eléctrica de média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal, por uma questão de economia processual, mas também de economia uma vez que obtemos assim mais escala para fazer este concurso por um período de três anos, é necessário a assunção de compromisso plurianual, portanto é a autorização prévia por parte da Assembleia Municipal. -----

----- No ponto número nove, o argumento é exatamente o mesmo, mas neste caso para a contratação da carteira de seguros do Município de Arganil. Muito obrigado”. -----

----- Após feitos todos os esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, colocou o ponto número oito a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

**9)----- Discussão e votação da proposta de autorização prévia para a abertura do procedimento e autorização prévia para a assunção do respetivo compromisso plurianual – Concurso Público Internacional para Contratação da carteira de seguros do Município de Arganil pelo período de 36 meses. -----**



Assembleia Municipal

-----Após feitos todos os esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, colocou o ponto número sete a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. ----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

**10) --- Discussão e votação da proposta de minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências do Município de Arganil na CIM – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, na área dos transportes.**

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Pereira Alves**, para fazer um pequeno esclarecimento. -----

-----“Houve alterações relativamente recentes naquilo que é o sector dos transportes, nomeadamente naquilo que são as concessões de carreiras públicas. O Governo entendeu transferir as competências do Instituto da Mobilidade para as Autarquias no caso das carreiras municipais, para as Comunidades Intermunicipais e áreas Metropolitanas no caso das carreiras intermunicipais.

----- Aquilo que tem sido a avaliação e a análise que o Conselho Intermunicipal tem feito, é de que faz sentido que este processo possa ser gerido por uma única entidade e neste caso faz sentido que possa ser a Comunidade Intermunicipal a organizar todo o sector dos transportes na região de Coimbra. -----

----- Nesse sentido, todos os Municípios à exceção para já de Coimbra, tem sinalizado este interesse em delegar esta competência que é municipal, que é a competência de gerir os transportes ao nível municipal, delegar essa competência na CIM para depois a CIM fazer todo o processo de atribuição dessas carreiras municipais e intermunicipais no âmbito de um concurso público internacional. -----

----- Tivemos ocasião de deixar o desafio, eu próprio tive ocasião de fazer essa intervenção recentemente num Conselho Intermunicipal a Coimbra poder aderir, para constituirmos aqui uma verdadeira autoridade metropolitana de transportes, reduzindo também os custos das autarquias face à escala e podermos direccionar a oferta à procura daquilo que temos no território em termos de mobilidade. Muito obrigado Senhor Presidente”. -----

-----Após os esclarecimentos feitos pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Ricardo Pereira Alves e não havendo mais pedidos para intervir, o **Senhor Presidente da**



Assembleia Municipal

**Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, colocou à votação o ponto número dez, da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal aprovado por unanimidade. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

**11) ---Para Conhecimento: Listagem de Contratos plurianuais celebrados entre 02 de Fevereiro de 2017 e 31 de Março de 2017, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais – alínea c), do nº1 do artº6º da Lei nº8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua atual redação (Lei dos compromissos e pagamentos em atraso).**

----- Não houve pedidos para intervir. -----

**12) ---Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.**

----- Não houve pedidos para intervir. -----

## ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais intervenções o **Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão, agradecendo a todos os presentes, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, executivo, também aos elementos do stafe do Município e à Imprensa que aqui estiveram desejando um bom fim-de-semana, e assim declarou encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente acta que eu, \_\_\_\_\_, 1º Secretário redigi, subscrevi e também assino.



Assembleia Municipal

# **ANEXOS**